



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

**POLÍTICA HABITACIONAL E DESIGUALDADES SOCIO-ESPACIAIS:
UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO
CONJUNTO HABITACIONAL SOUSA I, EM SOUSA-PB.**

MARIA ROMILDA COELHO FERNANDES

SOUSA – PB

2017

MARIA ROMILDA COELHO FERNANDES

**POLÍTICA HABITACIONAL E DESIGUALDADES SOCIO-ESPACIAIS: UM
ESTUDO SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO CONJUNTO
HABITACIONAL SOUSA I, EM SOUSA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Me. André de Menezes Gonçalves.

SOUSA - PB

2017

MARIA ROMILDA COELHO FERNANDES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais-CCJS, *campus* Sousa, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Data de aprovação: 29/08/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. André de Menezes Gonçalves

Orientador

(Universidade Federal de Campina Grande)

Profa. Dra. Helmara Gicelly

1ª Avaliadora

(Universidade Federal de Campina Grande)

Profa. Ma. Tatiana Raulino

2ª Avaliadora

(Universidade Federal de Campina Grande)

*A Deus toda honra, toda glória e todo louvor,
pois Dele, por Ele e para Ele são todas as
coisas e sem Ele, nada disso seria possível. Ao
meu esposo Eliel Fernandes e aos Meus filhos,
herança do Senhor, Eliel Victor, Eduardo e
Cindy.
Dedico...*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado até aqui. Sem tua graça, sem teu amor incondicional, cuidando dos mínimos detalhes, eu não chegaria até aqui.

Ao meu querido esposo, Eliel Fernandes, amor da minha vida, amigo e companheiro de todas as horas, por seu amor, cuidado e dedicação. Obrigada por sua compreensão em vários momentos em que tive que suportar minha ausência e por todos os momentos em que me incentivou a seguir adiante, mesmo nas horas em que os trabalhos acadêmicos consumiam todo meu tempo. Hoje posso dizer que valeu a pena ficar acordada por muitas noites, enquanto estudava, e ver o sol nascer nas frestas da porta. Afinal o momento pressagiava que não importava quão escura fosse a noite, o sol sempre apareceria!!

Aos meus pequenos, grandes tesouros, filhos queridos: Eliel Victor, Eduardo Coelho e Cindy Elizabeth, herança do Senhor na minha vida. Vocês são a razão de eu permanecer firme nessa jornada, sem olhar para esquerda nem para a direita, somente para o alvo proposto. Não é demais dizer que Mainha ama!!

A minha mãe, Fatima Soares, pelas orações e apoio incondicionais. Obrigada... sem você eu não saberia de onde vim, quem eu sou e para onde eu quero ir. Minhas raízes são firmadas numa rocha, e parte disso eu devo a você. Te amo Mainha!!

Aos meus avós Francisca e Zezinho (*in memoriam*), obrigada pelo amor e cuidado. Lembrar do orgulho e da confiança que vocês sempre depositaram em mim me renovava a certeza de que tudo é possível ao que crer. Obrigada!!

Com muito carinho agradeço aos meus irmãos, riqueza que Deus me reservou, Lourdes (minha me-Nininha) pelas orações e cuidado, te amo e nós sempre vamos cuidar uma da outra. Rosana (a “Moreninha” mais “galega” que eu já vi), pelos concelhos e ajuda, mais uma vez você desembainhou sua espada e lutou por mim. Isso sempre vai fazer toda diferença!! A Lucas e Ronildo, pela torcida, força e pelos debates acalorados nas tardes de domingo, enquanto tomávamos café na mesa da cozinha de Mainha. Podemos denominar esses momentos de, “café com política”. Enfim, fizeram toda diferença no meu processo de formação acadêmica. A Jessica Soares, a quem adotei como irmã desde que ouvi a notícia de seu nascimento, pois sabia que a menina tinha potencial pra ocupar o cargo. Obrigada, pela troca de experiências, pelo carinho, e pela ajuda com as crianças. Você se tornou Assistente

Social honorária só pra discutir os textos, difíceis, de José Paulo Netto. Obrigada a queridos/as... Por vocês, eu não posso dizer venci, mas vencemos!!

Agradeço a minha sogra Necy Alencar, pelas orações e ajuda. Aos meus cunhados e cunhadas dos quais destaco, Ely Fernandes pela solicitude e amizade e por me ajudar buscando meus filhos na escola sempre que eu perdia o ônibus e não conseguia chegar a tempo. Louvo a Deus por sua vida!

Agradeço as/aos colegas de sala, galerinha do período 2013.1, vocês sempre terão espaço no meu coração. As amigas, Beatriz, Fernanda Maria, Terezinha Furtado e Luzia Caetâno, o “grupo das Casadas”, como éramos chamadas. Vocês são um pedacinho da minha formação e eu sempre serei um pedacinho da formação de vocês.

A Marianna Tomaz, Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande em Sousa, minha supervisora de estágio na assistência estudantil. Obrigada pelas instruções e amizade. Agradeço a companheira de estágio, Sonaly Nunes, pela troca de experiências e amizade, eu sempre me lembrarei de você como minha interprete preferida. Obrigada, a toda equipe do Restaurante Universitário (RU) da UFCG, Sousa, pelo apoio.

A todos os professores que compõe a docência do curso de Serviço Social da UFCG em Sousa, pelas valiosas contribuições apoio e direcionamento. Destaco com carinho àqueles que fizeram parte do início da minha formação: Marcelo Cavalcante, Helmara Giccelly, Luan Gomes, Cibelly Michalane e Maria da Conceição.

Agradeço ao meu professor e orientador, André Menezes, acima de tudo pela paciência, pela coragem e dedicação em me acolher nessa jornada. Suas ricas contribuições me fizeram crescer mais do que fui capaz de expressar na escrita. Obrigada!

Agradeço aos demais membros da minha banca examinadora, Profa. Dra. Helmara Giccelly, e a Profa. Ma. Tatiana Raulino pelas contribuições e carinho. Essa escolha não foi aleatória, mas é fruto de minha admiração pela postura política e humana de vocês.

Agradeço a amiga Nadya, por sua valiosa ajuda em todo esse processo, só você sabe quantas apostilas tive que ler e posteriormente arquivar. Obrigada, a todos os amigos e irmãos em Cristo, que de forma direta ou indireta contribuíram com a realização desse sonho.

A Todos Obrigada!

“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos”. (Isaac Newton)

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o acesso a moradia e as desigualdades sócio-espaciais, através de um estudo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida a partir das particularidades do Conjunto Habitacional Sousa I, em Sousa (PB). Buscou analisar como o acesso à política habitacional no sertão paraibano não significa a garantia de outros direitos a partir das dimensões geográficas, econômicas e sociais que envolvem as famílias no citado conjunto habitacional. Para tanto, a pesquisa é orientada pelo método crítico dialético. Percebe as desigualdades sócio-espaciais como uma expressão da questão social e, portanto como objeto de intervenção e atuação do Assistente Social. O estudo explicita que, numa sociedade permeada pelas desigualdades e pela negação de direitos sociais, o Programa habitacional passa a ser um grande veículo econômico, sendo sua lógica relegada a vontade das grandes construtoras e, portanto as classes dominantes. As famílias beneficiárias veem o seu direito a cidade urbanizada sendo cerceado a partir do acesso ao direito a casa própria, nos padrões do Minha Casa Minha Vida, para população pobre. A pesquisa objetivou compreender as desigualdades sócio-espaciais, e os impactos ocorridos na vida das famílias moradoras do conjunto habitacional Sousa I. A análise é percebida através de uma pesquisa bibliográfica e um trabalho de campo no lócus do objeto estudado. O texto aborda entrevistas com nove mulheres beneficiárias do Programa, e através de suas percepções, revela as estratégias desenvolvidas por elas para enfrentamento da distância e da falta de estrutura urbana do bairro. A pesquisa verificou que o déficit habitacional é uma realidade desafiadora no Brasil, e que a problemática continua sendo analisada sob um prisma mercadológico e quantitativo. As famílias do conjunto habitacional Sousa I são apontadas aqui, como expressão da realidade concreta da segregação sócio-espacial.

Palavras-chave: Déficit Habitacional; Políticas Públicas; Minha Casa Minha Vida; Segregação Sócio-Espacial.

ABSTRACT

This work discourses about the access to housing and the socio-spatial inequalities, through a study about the My Home My Life Program, based on the particularities of the Sousa I Housing Complex, in Sousa (PB). It aimed to analyze how the access to housing policy in the outback of Paraíba does not mean the guarantee of other rights from geographical, economic and social dimensions that involve the families in the mentioned housing complex. For this purpose, the research is guided by the critical dialectical method. It perceives the socio-spatial inequalities as a social question expression and, therefore, as an object of intervention and action of the Social Worker. The study explains that, in a society permeated by inequalities and negation of social rights, the Housing Program becomes a great economic vehicle, its logic is relegated to the interest of the great constructors and, therefore, of the dominant classes. The beneficiary families see their right to an urbanized city being curtailed from access to the right to own house, in the standards of My Home My Life, for the poor population. The research aimed to understand the socio-spatial inequalities, and the impacts occurred in the lives of the families living in the Sousa I housing complex. The analysis is perceived through a bibliographical research and a fieldwork in the locus of the object of study. The text contains interviews with nine women beneficiaries of the Program, and through their perceptions reveals the strategies developed by them to combat the distance and lack of urban structure of the neighborhood. The research verified that the housing deficit is a challenging reality in Brazil, and that the problem still is analyzed under a market and quantitative prism. The Sousa I housing complex families are mentioned in this work as an expression of the concrete reality of socio-spatial segregation.

Keywords: Housing Deficit; Public Policies; My Home My Life; Socio-Spatial Segregation.

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional da Habitação
CADUNICO – Cadastro Único
CHS I - Conjunto Habitacional Sousa I
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
FCP – Fundação da Casa Popular
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FJP – Fundação João Pinheiro
IAPs – Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA – Instituto Nacional de Pesquisa Aplicada
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MP – Medida Provisória
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social
ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PMS – Portal Municipal de Sousa
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAS – Política Nacional da Assistência Social
PPP – Parceria Público Privada
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.0CAPITULO I: O PERCURSO METODOLÓGICO: ADENTRANDO NO CONJUNTO HABITACIONAL SOUSA I, EM SOUSA-PB	16
1.1 Aproximações ao Tema: Os Por quês da Proposta Investigativa..17	Erro! Indicador não definido.
1.2 Elementos para Compreender o Trabalho de Campo: Adentrando os Territórios	Erro! Indicador não definido. 25
1.3 Serviço Social e o Processo de Investigação Social: Articulações com o Tema.....	27
2.0CAPÍTULO II: TERRITÓRIOS E AS CIDADES: CONSTRUÇÕES E CONEXÕES PERMANENTES	31
2.1 Construção Sociohistórica das Cidades: Territórios em Debate	32
2.2 Os Sentidos das Cidades e o Processo de Urbanização no Brasil	38
2.3 Programa Minha Casa Minha Vida: em debate	41
3.0 CAPÍTULO III: HABITAÇÕES E DESIGUALDADES SOCIO-ESPACIAIS: A REALIDADE DE SOUSA-PB	49
3.1 Territórios e a Construção das Desigualdades Socioespaciais.....	52
3.2. Engenharias Socio-espaciais de Sousa I: Desigualdades Reveladas	58
3.3. O Lugar do Não Direito.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
APÊNDICES	81

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, **Política Habitacional e Desigualdades Sócio-espaciais: Um estudo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida no Conjunto Habitacional Sousa I, em Sousa-PB**, consiste em analisar as políticas habitacionais contemporâneas, firmadas nas bases de programas de interesse social, para famílias pobres. A escolha do objeto de pesquisa não se deu de forma aleatória, mas como o resultado de um caudal de estudos e inquietações que foram surgindo em minha mente ao longo de quatro anos no curso de Serviço Social, especialmente em debates desenvolvidos nas aulas das disciplinas: Questão Urbana e Política Social I e II, por encontrarmos aí maior possibilidade de analisarmos o impacto das políticas públicas na questão da habitação e a influência da moradia no processo de urbanização.

A pesquisa circunscreve um breve histórico dos programas habitacionais no Brasil, buscando sua associação com o conseqüente reconhecimento da “questão social”. O estudo inaugura ainda no âmbito das políticas públicas, a possibilidade de articulação entre a dinâmica da formação e urbanização das cidades e as contribuições do profissional de Serviço Social por meio de uma análise da realidade local. O trabalho elucida o conceito de territórios e sua importância social nos resultados da política habitacional contemporânea embasada nos “moldes” do Programa Minha Casa Minha Vida, no conjunto habitacional Sousa I, em Sousa-PB.

O déficit habitacional se apresenta como um grande desafio existente nas cidades brasileiras. No Brasil, o déficit habitacional chega a marca de 6,490 milhões de moradias tidas como inadequadas (IBGE, 2010). Tal déficit contribui diretamente para a agudização da “questão social”, o que afeta a população pobre, cujo maior contingente busca acessar o direito a casa própria.

O trabalho ora apresentado intenta compreender a problemática gerada em torno da produção de conjuntos habitacionais populares, trazendo como base um estudo da realidade observada no Conjunto Habitacional Sousa I. A partir da compreensão da localização da comunidade vimos que Sousa, assim como a grande maioria das cidades brasileiras, tem sua formação urbana assinalada pelas desigualdades sociais com espaços estruturados de forma excludente e historicamente marcados pela segregação sócio-espacial.

Para análise do objeto de pesquisa, as desigualdades socio-espaciais ocorridas na vida das famílias ao acessarem uma unidade habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida no Conjunto Habitacional Sousa I no Município de Sousa-PB, optamos por uma observação *in*

loco, por entender que para se empreender uma compreensão crítica sobre a problemática proposta, se faz necessária uma aproximação com o espaço em que os fenômenos ocorrem, reconhecendo que o aparente só representa um nível da realidade, mas que para se conhecer a essência do objeto deve-se ir além desse aparente (NETTO, 2011). A análise ora empreendida busca expressar as mudanças ocorridas na vida das famílias que foram contempladas com uma unidade habitacional do programa Minha Casa Minha Vida e os possíveis impactos sofridos em seu cotidiano como parte fundamental à sua sobrevivência.

O objetivo geral da pesquisa foi: compreender as mudanças socioespaciais ocorridas na vida das famílias contempladas com unidade habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida a partir da realidade do Conjunto Habitacional Sousa I, em Sousa-PB. Enquanto que os específicos foram: Discutir as particularidades que nortearam a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida no município; Identificar as estratégias utilizadas pelas famílias, do Conjunto Habitacional Sousa I, para sua organização socioespacial e política na perspectiva de se adaptar às novas condições de vida e de moradia; Analisar através das vivências das famílias beneficiárias, suas compreensões sobre o direito à moradia digna e adequada.

A partir de uma análise dos territórios, o estudo destaca, em Sousa, um déficit habitacional de três mil unidades habitacionais (IBGE, 2010). Número bastante desafiador para as políticas habitacionais contemporâneas. Entretanto, a problemática tem sido enfrentada meramente como um dado quantitativo, de forma desarticulada com uma visão estrutural urbana e social. Daí insurge uma “suposta parceria público privada”, responsável pela construção de imóveis de forma mercantilizada. Tal perspectiva perpetua uma inversão de valores, trazendo o poderio de uma classe mais abastada sobre o valor do terreno. (MARICATO, 2009).

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado, **Percursos Metodológicos: Particularidades do Conjunto Habitacional Sousa I, em Sousa-PB**, trata das nuances que envolveram a escolha do tema da pesquisa, se atendo em explicitar o objeto de estudo, localizando-o no tempo e no espaço, trazendo ainda a justificativa, a problematização e a aproximação com o mesmo. Nesse ponto abordamos como se deu a aproximação com o objeto pesquisado e a importância social de sua investigação a partir de um olhar crítico e aprofundado da caracterização da realidade local. Segundo Pereira (2005), a leitura da realidade aparente permite uma ruptura com práticas voluntaristas e tópicas.

Destacamos aqui o perfil dos/assujeitos(as); metodologia da pesquisa; instrumentos e técnicas que foram utilizados na pesquisa, trazendo sempre à tona sua importância para a formação profissional do Serviço Social. Bem como as dificuldades encontradas na realização da pesquisa de campo e todos os entraves perfilados no lócus da investigação.

Nesse capítulo particularizamos a escolha das trilhas metodológicas traçadas no decorrer da pesquisa, pois, a partir de uma abordagem histórico-crítica das políticas habitacionais é que se fez possível a conclusão dos objetivos propostos. Segundo Minayo(2012), o método crítico dialético consiste em compreender os contextos históricos explicitando-os desde os determinantes econômicos até as relações sociais nas quais eles foram construídos. Optamos ainda, por uma abordagem quantitativa e qualitativa na pesquisa de campo e documental.

O segundo capítulo, denominado: **Territórios e as Cidades: Construções e Conexões Permanentes**, apresenta o desenvolvimento das cidades e como elas foram sendo construídas nos marcos do sistema capitalista. O texto traz, nesse ponto, os traços mais relevantes do processo de urbanização do Brasil, não pretendendo esgotar um relato histórico, mas abordar as nuances do desenvolvimento e formação dos espaços territoriais a partir de determinantes econômicos.

O capítulo particulariza os programas habitacionais historicamente criados no Brasil, suas articulações com as diversas dimensões da segregação sócio-espacial e com as desigualdades territoriais. Aborda-se, ainda, a lógica mercadológica na qual essas políticas estão firmadas, submetendo os mais pobres à estigmatização e à homogeneização por um viés de anti-cidadania e exclusão. Por fim, optamos por trazer um conceito sobre o direito a moradia adequada a partir da Constituição Federal de 1988, e como esse modelo está inserido nos moldes do Programa Minha Casa Minha Vida.

No terceiro capítulo, denominado: **Moradias, Habitações e desigualdades sócio-espaciais: Reflexões sobre a realidade de Sousa-PB**, destacamos as relações existentes na formação do território de Sousa e as desigualdades sócio-espaciais, a partir das características e particularidades do Conjunto Habitacional Sousa I. Explicitamos nesse percurso a importância das falas dos sujeitos na compreensão do Programa Minha Casa Minha Vida e suas determinações na vida dos moradores da comunidade.

A partir das considerações feitas pelos(as) entrevistados(as) analisamos as hipóteses norteadoras da pesquisa: As famílias beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida foram submetidas a grandes mudanças em suas vidas, sendo que a maioria dessas

mudanças promoveu desigualdades socioespaciais a partir do acesso a uma unidade habitacional, em função de localidade, quebra de laços familiares e vínculos comunitários; Em todo os âmbitos da pesquisa abordamos os desafios e fragilidades que permeiam a vida das famílias a partir do momento em que acessam uma unidade habitacional no Conjunto Habitacional Sousa I.

Portanto, esperamos que o presente estudo se coloque como uma possibilidade de compreensão e análise mais apurada das políticas públicas habitacionais e como esses programas se tornam, a partir de determinantes econômicos, cerceadores de direitos.

Ótima Leitura!

CAPÍTULO I

O PERCURSO METODOLÓGICO: PARTICULARIDADES DO CONJUNTO HABITACIONAL SOUSA I, EM SOUSA-PB

O déficit habitacional e as desigualdades sócio-espaciais se manifestam de diversas formas e atingem todos os âmbitos da sociedade e, no contexto do Brasil, representam um desafio para as políticas públicas habitacionais. Os sujeitos beneficiários de programas de acesso à casa própria, nem sempre se confundem com aqueles que acessam uma moradia digna e adequada. Este trabalho, portanto, propõe um estudo sobre o programa minha casa minha vida, a partir da realidade do conjunto habitacional Sousa I, em Sousa PB.

Os capítulos a seguir foram produzidos com uma possibilidade de análise da realidade da comunidade denominada, Sousa I. No entanto, foi através de um olhar crítico, que buscamos desvelar o que está para além do aparente, compilando assim dados quantitativos e qualitativos para analisar possíveis impactos na vida das famílias ali residentes e por fim abordar seus efeitos na cidade Sousa como um todo.

Este primeiro capítulo está dividido em três tópicos. No primeiro, será apresentado o objeto de pesquisa, os objetivos, as particularidades do conjunto habitacional Sousa I e os sujeitos da pesquisa, revelando, a partir de uma análise socioterritorial o contexto em que vivem. Tratará ainda da relação do pesquisador com o objeto estudado, a partir de análises e compreensões desenvolvidas nas disciplinas, Questão Urbana, Política Social I e Política Social II, estudadas no curso de Serviço Social. Por fim, sumaria as inquietações que os debates em sala de aula, despertaram na pesquisadora acerca das desigualdades sócio-espaciais e sua relação com as agudizações das expressões da “questão social”. Nesse ponto da pesquisa, buscou-se trazer a justificativa da importância de um assistente social debruçar-se sobre o tema.

No segundo tópico, serão descritos o método investigativo e as técnicas de pesquisa. Fala introdutoriamente, do universo das amostras escolhidas e os critérios científicos utilizados na escolha. Além de apresentar os percursos metodológicos da pesquisa: dificuldades à sua realização, problemas ocorridos, facilidades e o desenvolvimento

dos contatos com as famílias dos(as) sujeitos(as) entrevistados(as). Por fim, o terceiro tópico traz a importância da pesquisa e da investigação para o Serviço Social.

As técnicas de pesquisa foram escolhidas através do método crítico, a partir do qual se realizou uma análise da realidade, avaliando dados qualitativos, por se entender que o desvelar da realidade só se torna possível a partir do confronto com as múltiplas contradições que cercam uma macrorealidade.

No tópico a seguir discorreremos sobre a aproximação com o tema, importância e relevância de estudá-lo. Destacamos a justificativa da proposta investigativa, atendo-se em explicitar os objetivos, geral e específicos.

1.1. Aproximações ao Tema: Os Porquês da Proposta Investigativa

Este trabalho propõe compreender as desigualdades sócio-espaciais engendradas na vida das famílias através do acesso a uma unidade habitacional do Programa “Minha Casa Minha Vida” (MCMV) no Conjunto Habitacional Sousa I (CHSI), em Sousa Paraíba. Busca ainda, discutir as particularidades que nortearam a implementação dessa política habitacional na cidade de Sousa. A compreensão aqui proposta, expressa os desafios de ir além das complexidades que envolvem o aparente verificado nas mudanças espaciais.

A pesquisa intenta identificar, a partir de uma análise mais aprofundada, as estratégias utilizadas pelos moradores do Conjunto Habitacional Sousa I, para se adaptarem às novas condições de vida propostas a partir do acesso a moradia (através do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida).

O texto, de forma geral, tem como objetivo elucidar questões como: com as mudanças sócio-espaciais, as famílias beneficiárias do programa Minha Casa Minha Vida vivenciam em seu cotidiano, o cerceamento de outros direitos sociais, garantidos constitucionalmente? Quais as percepções dos indivíduos sobre o direito ao acesso a casa própria? Além de propor analisar essas questões, a pesquisa inaugura a possibilidade de uma compreensão mais apurada sobre o significado de ser beneficiário de uma unidade habitacional no Conjunto Habitacional Sousa I, através do programa “Minha Casa Minha Vida”.

As disciplinas que nos levaram ao interesse pelo tema da pesquisa, possibilitaram-nos desenvolvimento de debates e atividades sobre políticas públicas habitacionais. Especificamente na disciplina “Política Social I”, os questionamentos começaram a

“zumbir” em minha mente, acerca do tema, principalmente quando se desenvolveu uma atividade nesse sentido. Na ocasião, a sala de aula foi dividida em equipes, as quais foram incumbidas de fazerem entrevistas *in loco* com algumas famílias moradoras do conjunto habitacional Sousa I, a fim de compreender e analisar as mudanças sócio-espaciais ocorridas em suas vidas. Ao mesmo tempo buscamos estudar o papel do Estado no processo de efetivação das políticas públicas naquele bairro.

As atividades foram realizadas com o objetivo de compartilhar e debater os resultados obtidos em sala. Entretanto, as apreensões das equipes serviram para percebermos a relevância do tema e a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada.

O primeiro contato com as famílias do conjunto habitacional Sousa I, possibilitou uma análise de como o cotidiano de cada membro foi influenciado e ao mesmo tempo alterado a partir do momento em que foram contempladas com uma unidade habitacional. Dentro desse contato buscamos compreender como as atividades mais básicas e necessárias à reprodução humana passam por consideráveis alterações quando os indivíduos são submetidos às desigualdades sócio-espaciais¹ e ambientais. Muitas das famílias apresentam como principal entrave ao desenvolvimento de suas atividades laborais, culturais e sociais a distância do Conjunto Habitacional Sousa I da área central da cidade.

Conforme a Fundação João Pinheiro² (2015) o Brasil, nos últimos anos, vem sendo apontado como um país com alto índice de déficit habitacional. Essa conclusão é feita a partir de uma metodologia que trabalha com dois seguimentos distintos: a falta de moradia e/ou a inadequação das mesmas. Para o quantitativo deficitário de habitações, o cálculo deverá mostrar não só a necessidade de construção de novas casas, mas também, a noção imediata das adequações internas dessas construções.

Para enfrentamento dos desafios, referentes à política habitacional brasileira, no início do segundo mandato do governo Lula, foi inaugurado o Programa Minha Casa Minha Vida. O Programa Minha Casa Minha Vida é na sua gênese um programa econômico. Sob o estabelecimento dos ministérios da Fazenda e da Casa Civil a partir do diálogo com o setor imobiliário. Foi lançado em março de 2009 através de Medida Provisória (MP 459)³. A

¹ Para Rodrigues (2007) as desigualdades sócio-espaciais se apresenta como expressão do processo de urbanização capitalista, exprime o molde de apropriação da mercadoria “terra” e da “cidade” mercadoria, que aumenta o valor de troca e expulsa o trabalhador de áreas “modernizadas”.

² A Fundação João Pinheiro foi fundada em 1969. Constitui-se uma entidade do governo de Minas Gerais de apoio técnico à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e demais sistemas operacionais do Estado. Tem como característica a contínua inovação na produção de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais. (FJP, 2017).

³ Lei Federal n. 11.124/2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11124.htm> acesso em janeiro de 2017.

articulação entre os ministérios foi de suma importância para esse processo de instauração do Programa. Desde 2003, já havia um desenvolvimento cuidadoso de construção política de um sistema de cidades aliado a um programa de habitação de interesse social⁴.

De início, o programa foi dividido em três etapas e para cada uma delas, metas foram estabelecidas. A primeira etapa visava à construção de um milhão de residências para famílias com renda de até dez salários mínimos, sendo que destas, apenas 40% das construções seriam designadas para famílias de baixa renda, ganhos mensais de até três salários mínimos. Sua distribuição seria feita de acordo com os números apresentados no déficit habitacional nacional. Os recursos do programa são provenientes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Na segunda etapa a meta seria chegar a 2,75 milhões de casas até o final de 2014. Cabe ao Ministério das Cidades o papel de gestor do programa. (DUTRA, 2010).

De acordo com o autor (DUTRA,2010) foi a partir deste programa que o Estado, declaradamente neoliberal, procurou desviar os rumos da política econômica nacional, buscando suprir algumas necessidades das classes mais baixas da sociedade, na tentativa de fazer com que o país crescesse de maneira uniforme e constante.

Segundo o censo do IBGE (2010), o Nordeste é uma das regiões brasileiras com alto índice de déficit habitacional. Apresenta uma marca de aproximadamente 2 milhões de moradias em escalas deficitárias. Só perde em quantitativos gerais para a região Sudeste que contou com um déficit de aproximadamente 2,5 milhões de domicílios. Dentro da região Nordeste, o Estado da Paraíba tem um déficit habitacional de 111.895 moradias, de acordo com estudos do Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os números foram divulgados segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2012).

Essa pesquisa foi desenvolvida no município de Sousa-PB, localizado no interior do Estado da Paraíba, na mesorregião do Sertão paraibano e microrregião de Sousa, a aproximadamente 420 km. da capital João Pessoa.

Nos anos 2013 e 2014, a cidade foi contemplada como beneficiária do Programa habitacional “Minha Casa Minha Vida”, e em parceria com a Prefeitura Municipal e a Caixa Econômica Federal se iniciou as construções dos conjuntos habitacionais, Sousa I e Lagoa dos Patos. Até 2010, Sousa conta com uma população de quase 69.000m hab. distribuídos em

⁴O Programa Habitação de Interesse Social, por meio da Ação Apoio do Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, objetiva viabilizar o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos em localidades urbanas e rurais. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas>acesso em janeiro de 2017

uma média de 19 mil domicílios, ou seja, um município considerado de médio porte, com um IDHM de 0,668. (IBGE, 2010).

O município de Sousa apresenta um déficit habitacional de três mil domicílios, divididos em moradias precárias, rústicas, improvisadas e de moradores conviventes, famílias que dividem a mesma habitação (IBGE, 2010). O que mostra que, em um universo de mais de 19 mil domicílios o déficit representa uma estimativa de 15,26% do número de moradias elencadas.

O programa Minha Casa Minha Vida não foi o primeiro programa habitacional implementado na cidade de Sousa. Bairros como: Mutirão, Projeto Mariz, Casas Populares, Malvinas e Iraque são exemplos de políticas habitacionais anteriores, firmadas na tentativa de se superar o déficit habitacional, existente na cidade.

A partir do programa “Minha casa Minha Vida” foram construídas 726 unidades habitacionais, em Sousa. As construções dos domicílios visavam atender, principalmente, às famílias desabrigadas, vítimas das enchentes que ocorreram na cidade no ano de 2008.

As residências foram divididas em dois conjuntos habitacionais: Lagoa dos Patos, situado no bairro Jardim Brasília, zona oeste da cidade. E o Conjunto Sousa I, situado no Jardim Aeroporto, a aproximadamente três km do bairro mais próximo, Jardim Sorrilândia III.

No conjunto Habitacional Lagoa dos Patos foram construídas 274 residências e no Conjunto Habitacional Sousa I, 452 unidades habitacionais. As construções foram entregues às famílias beneficiárias após uma vistoria feita em cada cômodo dos imóveis por um técnico da Caixa Econômica Federal, sob a responsabilidade de uma empresa privada denominada de Construtora Emcasa⁵. (PORTAL SOUSA, 2016).

Para esse estudo interessa-nos uma compreensão das particularidades do Conjunto Habitacional Sousa I: As mudanças sócio-espaciais, as dificuldades de acesso a terra urbanizada e a promoção do direito que, muitas vezes, promove a ruptura com outros direitos.

As peculiaridades aqui analisadas, segundo Martine e Mcgranaham (2010), norteiam as desigualdades profundamente arraigadas na sociedade brasileira e estão ligadas às dificuldades encontradas para prever, aceitar e planejar de forma antecipada o crescimento urbano desenfreado e inevitável.

A construção de novos conjuntos habitacionais, a partir do Minha Casa Minha Vida, em Sousa, promoveu uma grande mobilização na cidade, principalmente entre as famílias inscritas. Na ocasião, a Câmara Municipal da cidade promoveu audiências públicas

⁵ Construtora responsável pela construção e entrega das 452 unidades habitacionais do Conjunto Sousa I, no Jardim do Aeroporto em Sousa PB.

colocando o tema em pauta. Os encontros eram presididos por vereadores, presidentes de bairro, e membros de associações comunitárias. O propósito era realizar uma maior participação da população no processo de melhor efetivação do programa (PORTAL SOUSA 2016).

O número de famílias inscritas no programa de apoio a habitação em 2010⁶, na cidade de Sousa era de aproximadamente 3.955. Com a entrega de mais de setecentas residências, através de sorteio, dentre os que se inseriam nos padrões de baixa renda, o programa “Minha Casa Minha Vida”, chegou a atender um pouco mais de 19% dos inscritos com o acesso a casa própria. (PORTAL SOUSA, 2016).

O conjunto habitacional Sousa I, tem 452 casas construídas e entregues a seus respectivos donos. No entanto, percebeu-se, em visitas ao bairro, que nem todas as residências estão sendo habitadas. Os moradores alegam que, as evasões se dão porque, foram jogados a própria sorte pelo poder público, dessa forma, muitos vendem ou trocam seus imóveis por quantias irrisórias e voltam a morar em áreas mais próximas do trabalho, das escolas ou simplesmente voltam a áreas que antes viviam que davam significados ao seu cotidiano. Encontramos em cada quadra do conjunto, pelo menos duas casas fechadas e quase metade das residências visitadas não mais eram habitadas pelas famílias que foram, inicialmente, contempladas com o programa.

As ruas do Conjunto Habitacional Sousa I estão divididas em quadras, as quais foram todas percorridas por nós, e denominadas em ordem alfabética com as letras de A até a Q. As primeiras construções surgem a partir da quadra C, contabilizando-se assim quinze ruas com casas construídas. As letras a e b são de terrenos tidos como áreas verdes, onde “tecnicamente”, deveriam estar arborizados e com adaptações próprias para um parquinho infantil e um centro de convivência para idosos. No entanto, o que verificamos foi um espaço coberto pelo mato sem nenhuma utilidade para a população local.

A falta de planejamento coopera com a promoção do déficit habitacional e pode gerar “uma condição de deseconomia e de insustentabilidade [...]. O contrário do que o urbanismo preconiza” (MARICATO, 2009 p. 63 - os grifos são nossos). Que ao construir Conjuntos Habitacionais em áreas distantes dos serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico etc. essas políticas deveriam ser aproximadas da população do Bairro. Entretanto, o que se vê novamente é a problemática habitacional sendo relegada a grandes

⁶ O programa de apoio a habitação era um programa gerido pelo departamento de habitação em Sousa. Criado com a finalidade, temporária, de solucionar a falta de moradia para as famílias vítimas de enchentes na cidade.

construtoras sem, no entanto, se adequar ao cotidiano das famílias ou a infraestrutura padrão de uma moradia adequada.

A tipologia mínima das residências térreas construídas para famílias de baixa renda é de: dois quartos, uma sala, cozinha, banheiro e área de serviço. A transição da área útil mínima é de 32m². Para uma melhor acessibilidade, a área útil é de 36m² (não consta a área de serviço).

A meu ver, o que falta para o Minha casa Minha Vida é o que sempre faltou na maioria dos programas habitacionais brasileiros: uma visão mais estrutural do que deve ser esse combate ao déficit não pode se resumir apenas aos números. E desde o Banco Nacional da habitação, o BNH, que foi criado pelos militares na década de 1960, a questão habitacional no Brasil foi quase sempre tratada como meramente quantitativa, e o sucesso ou fracasso dos programas medido pelo número de unidades construídas. É obvio que deveria ter outros fatores envolvidos, como a maior articulação deles com políticas urbanas e sociais (MARICATO, 2009, p. 62).

Assim como os programas habitacionais implementados na década de 60, o programa “Minha Casa Minha Vida”, não apresenta um nível de superação dos problemas verificados anteriormente. Vemos que os conjuntos continuam sendo construídos em áreas distantes e sua arquitetura não é desenvolvida para atender as necessidades de cada família, no sentido de particularizar suas necessidades, mas sim, no sentido de padronizar as condições das famílias pobres. O Conjunto Habitacional Sousa I foi arquitetado para sujeitos que se inseriam na primeira faixa de renda, ou seja, aqueles cujo rendimento financeiro familiar não ultrapassa 3,5 salários mínimos.

Os novos conjuntos, também apresentam uma interferência na mobilidade da população, ou seja, falta de condições necessárias para ir e vir. Os moradores do Conjunto Habitacional Sousa I não contam com o apoio de transporte público, ou transporte coletivo na localidade. Sousa conta com empresas que prestam serviços de transporte público, para a população. No entanto, a mesma não transita em bairros periféricos, alegando as péssimas condições de acesso à esses bairros.

Para Barbosa (2016), a mobilidade pode ser definida como as condições de deslocamento do ser humano e de bens pela cidade, o que envolve um planejamento urbano que deverá acompanhar o crescimento das cidades, transportes e a disponibilidade para população no processo de deslocamento.

A ausência de transporte público favorece a falta de mobilidade dos moradores e, conseqüentemente, corrobora com a segregação sócio-espacial. Os moradores do conjunto habitacional Sousa I, são submetidos a gastos com transportes alternativos, o que pode chegar, muitas vezes, a valores mais altos que os valores gastos anteriormente com alugueis, dada a

distância do conjunto. Tal perspectiva apresenta uma ingerência nas estratégias de combate a pobreza e ao déficit habitacional.

A urbanização estruturada é necessária, ou do contrario o planejamento urbano não estará acompanhando o crescimento da cidade e estará favorecendo o desenvolvimento de periferias e isoladas das ações do poder público. “Quando se instala um conjunto fora da cidade, é preciso levar a cidade junto” (MARICATO, 2009, p.63).

O Conjunto Habitacional Sousa I foi construído a aproximadamente 6 km do centro da cidade, nesse sentido, necessitava de um mínimo de infraestrutura: ruas calçadas, posto de saúde, saneamento básico e escolas. Para Maricato (2009), a parceria Estado e construtoras, promove uma inversão de valores e a partir do momento em que fica a cargo de uma “suposta” parceria publico privada (PPP) a escolha, a compra do terreno e os recursos que deveriam ser aproveitados para a construção de um imóvel de qualidade são utilizados para subsidiar a má administração do solo a perpetuação de uma cultura patrimonialista histórica, que regula o acesso e o custo do solo.

Para Maricato (2009), o déficit habitacional vem sendo avaliado a partir de questões meramente quantitativas, e a política habitacional de interesse social ou de habitação popular do “Minha Casa Minha Vida”, incorre, nos mesmos erros da maioria dos programas habitacionais anteriores, “falta de planejamento articulado com a população”. Portanto, os cálculos deficitários habitacionais não poderão ser superados enquanto uma visão ampla e estrutural articulada com uma política urbana e social não for considerada no processo de construção de novas residências para população de baixa renda. As demandas da população usuária não serão respondidas a partir dos programas habitacionais, se estes não forem elaborados com base na realidade concreta de cada família beneficiária.

Os programas habitacionais têm sido historicamente, vinculados ao estigma de imensas regiões nas quais as desigualdades sócio-espaciais é homoganeamente disseminada. Para Rolnik (2012), esses programas habitacionais brasileiros seguem o modelo de construções da “supostamente exitosa” política habitacional chilena. No entanto, a autora infere que estes projetos têm apresentado as mesmas contradições observadas nos projetos brasileiros.

As centenas de milhares de casas e apartamentos da supostamente exitosa política habitacional chilena produziram um território marcado por uma segregação profunda, onde “o lugar dos pobres” é uma periferia homogênea, de péssima qualidade urbanística e, muitas vezes, também, de péssima qualidade de construção, marcada ainda por sérios problemas sociais, como tráfico de drogas, violência doméstica, entre outros.[...] Deixada para o mercado a decisão de onde e como deveria ser produzida, encarada como um produto que se compra individualmente[...] Nada nos leva a supor, que em menos de dez anos, não

estaremos enfrentando no Brasil o mesmo cenário com o programa “Minha Casa Minha Vida” (ROLNIK, 2012 p. 03).

Para a autora, através do programa Minha Casa Minha Vida, no Brasil, os conjuntos habitacionais são construídos em moldes, semelhantes aos da política habitacional chilena. A mesma é marcada pela segregação e pela violência, onde os “pobres” são relegados a lugaressem urbanização e afastados dos grandes centros. O fato é que, cada população vive sua própria realidade, que deve ser analisada e compreendida a partir de suas necessidades concretas.

O Programa Minha Casa Minha Vida, assim como os outros programas federais de produção a moradia, a exemplo de: Fundação da Casa Popular (FCP) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) tendem a beneficiar a iniciativa privada. Conforme Fix e Arantes (2009), 97% do subsídio público são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas e apenas 3% às cooperativas e movimentos sociais. Analisando por este ângulo, tal controle dos terrenos é capaz de propiciar a segregação sócio-espacial, de corroborar com as desigualdades mais expressivas no processo de formação e desenvolvimento de uma dada sociedade.

O censo demográfico 2010 aponta que a marca do déficit habitacional no Brasil é de 6,490 milhões de moradias tidas como inadequadas. As regiões mais afetadas são as regiões sudeste e Nordeste, respectivamente (IBGE, 2010). Essa situação, somada à falta de gerenciamento municipal com os programas habitacionais atingem as múltiplas expressões de desigualdades sociais e perpetuam altos níveis de segregação sócio-espacial.

Segundo o Relatório “Cidades do Mundo”, divulgado em maio de 2016, pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) o atual modelo de urbanização global é insustentável, pois para atender as necessidades habitacionais seria necessário criar novos padrões para responder a desafios como desigualdades sociais e a proliferação das favelas. O documento faz uma análise do desenvolvimento urbano nos últimos 20 anos e mostra que é preciso a criação de novas formas de planejamento e colaboração para o enfrentamento das desigualdades sociais desenvolvidas no solo urbano. (NAÇÕES UNIDAS, 2016)

1.2. Elementos para Compreender o Trabalho de Campo: Adentrando em Territórios

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia clara e coerente, valorizando a riqueza dos fenômenos, e trabalhando a complexidade do tema políticas públicas habitacionais e sua relação com as desigualdades sócio-espaciais. A pesquisa foi realizada a partir do método crítico dialético que segundo Minayo (2012), consiste numa abordagem dialética que une a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais. O objeto de pesquisa deve ser ao mesmo tempo, contextualizado e compreendido em sua singularidade.

Para Marx (2007), a teoria não se reduz ao exame sistemático das formas expostas de um objeto, pois, o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto de sua estrutura e dinâmica, tal como ele é, e como se apresenta na realidade concreta. O objeto de estudo é independente da vontade do pesquisador.

A partir do método crítico dialético, a pesquisa pretende aplicar a abordagem quanti-qualitativa, fazendo uma análise, tanto dos fenômenos atribuídos ao objeto, quanto dos significados da sua singularidade. Através da pesquisa quanti-qualitativa, haverá uma fase exploratória, um trabalho de campo e uma análise e tratamento do material coletado.

Conforme Netto (2011) O método de Marx possibilita uma percepção histórica para uma sociedade dividida em classes sociais: os burgueses, que detém o capital e se apropria dos lucros e a classe trabalhadora, que detém e que vende sua força viva de trabalho, por um ínfimo salário.

A compreensão do objeto de estudo dentro de sua totalidade é capaz de trazer a tona a percepção do antagonismo existente na sociedade capitalista e sua divisão de classes. Para que a pesquisa traga contribuições à sociedade, faz-se necessário uma espécie de identidade que ligue o objeto ao pesquisador. Uma correlação “entre o sujeito e o objeto de investigação” (MINAYO, 2004, p. 21).

Inicialmente, pretende-se empreender uma aproximação com as políticas habitacionais e as desigualdades sócio-espaciais, e sua relação com a realidade do Programa Minha Casa Minha Vida, no Conjunto habitacional Sousa I, em Sousa PB, para que a partir daí se obtenha critérios de avaliação cada vez mais próximos do concreto. A pesquisa bibliográfica “constitui, no procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”(CERVO, BERVIAN e SILVA 2007, p.61).

Para Minayo (2012), a pesquisa social consiste na atividade inicial da ciência. Ela promove a dinâmica entre pensamento e a ação, sendo a base para as indagações e para a análise da realidade. Para se empreender uma pesquisa social será imprescindível a compreensão do contexto histórico no qual estão inseridas as políticas habitacionais e sua implementação na contemporaneidade.

A história das sociedades está intrinsecamente arraigada na dinâmica cotidiana da população e traz determinantes capazes de influenciar seu desenvolvimento. A partir dessa compreensão pretende-se explicitar os impactos e mudanças promovidas na comunidade beneficiária pelo Programa Minha Casa Minha Vida, no conjunto habitacional Sousa I, em Sousa. A análise *in loco* será feita a partir da observação, participante por se entender que a observação é a aproximação do pesquisador com o objeto da pesquisa de forma a clarificar fatos, que talvez não sejam elucidados através das respostas dos entrevistados.

Igualmente, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo. Portanto, a provisoriamente, o dinamismo e a especificidade são características de qualquer questão social (ROLNIK, 2012, p. 12).

A fase inicial do estudo está elaborado com base em procedimentos específicos de uma pesquisa exploratória, onde, o pesquisador vai explorando a explicação de determinada questão e propondo um novo discurso interpretativo, conforme explicita Minayo (2012). A fase primária visa aproximação do pesquisador com o objeto, através de levantamento bibliográfico. Posteriormente será delineada uma coleta de dados, por meio dos quais os resultados serão reunidos e ordenados. “Pode-se definir pesquisa social como um processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2009, p. 26).

Os questionários conterão questões objetivas e discursivas e através da abordagem quantitativa pretende-se avaliar questões que serão analisadas em sua totalidade através de técnicas estatísticas, e as questões discursivas serão analisadas a partir de uma abordagem qualitativa, onde as informações obtidas serão submetidas a interpretação e a atribuição de significados.

As visitas foram divididas em três momentos: primeiro momento buscou-se fazer a observação e a submissão das hipóteses levantadas inicialmente, segundo momento, uma análise para promover a escolha das famílias que participariam da entrevista e por fim aplicação das entrevistas com os/assujeitos(as) envolvidas previamente selecionadas através de um padrão definido a partir dos números aleatórios. Preferencialmente foram ouvidas as

mulheres, porque as residências do conjunto habitacional Sousa I foram registradas em nome das mulheres.

Para a coleta de dados, foram utilizados: formulários e dois questionários, sendo um com questões objetivas e outro com questões semiestruturados. Segundo Pereira (2011), a entrevista semiestruturada ocorre quando não há uma padronização ou rigidez de roteiro e tentará promover uma ligação mais afetiva entre o entrevistador e as famílias entrevistadas.

Os formulários foram elaborados com questões abertas aplicadas numa situação face a face com os atores do Programa Minha Casa Minha Vida, no Conjunto Habitacional Sousa I. Ainda houve utilização de gravadores de áudio, para que os dados tabulados sejam fidedignos às respostas dos entrevistados. Para se fazer anotações das impressões do local, e do cotidiano das famílias, também se fez o uso do diário de campo.

1.3. Serviço Social e o Processo de Investigação Social: Conexões com o Tema

A construção do presente estudo sobre políticas públicas habitacionais nasce a partir de reflexões críticas das múltiplas expressões da “questão social”⁷ e sobre o papel do assistente social no desvelar da realidade dentro de uma sociedade capitalista. O(A) assistente social é um(a) profissional inserido(a) no espaço sociotécnico do trabalho e, portanto, trabalhador assalariado que necessita reproduzir-se enquanto ser humano genérico.

Ao assistente social, no âmbito da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, cabe captar como as diversas expressões da questão social se particularizam em cada espaço sócio-ocupacional e chegam como demandas que dependem de sua intervenção profissional. Assim, entendemos que a clareza acerca de como concebemos a “questão social”, ou seja, a partir de que pressupostos teóricos; a percepção que temos de suas expressões, tais como: desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais (moradia, creches, escolas, hospitais, etc.), bem como dos valores que orientam tais concepções, são mediações que incidem sobre os meios e modos de responder às demandas profissionais (GUERRA, 2009, p. 04).

O (A) assistente social enquanto pesquisador/a deve estar apto a desvendar o que está por trás da realidade concreta, compreender as múltiplas expressões da questão social, o que nem sempre se compreende a partir da realidade empírica. Compreender a realidade dos

⁷ [...] O conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2008, p. 16-17).

antagonismos existentes na sociedade está relacionada à capacidade de perceber os fenômenos promotores de demandas no âmbito das relações sociais. (NETTO, 2011)

Os fenômenos antagônicos e classistas da sociedade capitalista tem em suas multifacetadas expressões da questão social a base do cerceamento dos direitos sociais. Para que os interesses econômicos de poucos sejam satisfeitos, enquanto muitos são privados de direitos mais básicos e necessários à reprodução humana.

A falta de moradia adequada preconiza múltiplas expressões da questão social, pois, a partir dela, os indivíduos são firmados como participantes da construção e reprodução de uma determinada sociedade. A partir da moradia eles sentem e compartilham a sensação de pertencimento.

Para Netto (1992, p. 71), “a questão social, como matéria de trabalho, não esgota as reflexões”. Quando a compreensão busca uma análise mais profunda da vivência das famílias a partir de uma mudança sócio-espacial, a questão social deve ser a base e o ponto de partida para uma reflexão mais apurada da análise. É inegável que hoje encontramos uma vasta produção de literaturas no que se refere à compreensão de políticas públicas habitacionais, porém, cada realidade permite novas reflexões e apresenta-se como uma realidade distinta que desdobra sua singularidade, incapaz de ser totalmente apreendida ou esgotada.

O déficit habitacional expressa uma aparente realidade no Brasil, e mesmo com a implementação de muitos programas habitacionais, nunca esteve nem perto de alcançar objetivos de superação do seu déficit. Essa problemática tem sido perpetuada no Brasil e está associada a agudização das expressões da questão social. A pesquisa produz “conhecimentos relativos a essas questões, como elas se expressam, como vão se construindo na história, e também relacionada aos modos de agir sobre elas” (BAPTISTA, 2006, p.01).

A pesquisa está intrinsecamente relacionada às protoformas do Serviço Social. De acordo com Iamamoto e Carvalho (1988), isso ocorre desde a década de 1970, por uma ala ainda muito tímida, dentro da profissão. Em 1980, esse processo ganha força dentro da profissão e a partir do fortalecimento da perspectiva renovadora e de suas bases teórico metodológicas, através da aproximação com os escritos marxistas. O debate se instaura numa perspectiva de romper com a hegemonia conservadora que imperava no serviço social.

Os(AS) assistentes sociais buscam na pesquisa, baseada em dados quantitativos qualitativos, fazer uma leitura mais apurada dos fenômenos. “É uma necessidade de realização consequente da profissão e condição de possibilidade de rupturas com atitudes e práticas voluntaristas, tópicas e impensadas” (PEREIRA, 2005, p. 18). A produção de

conhecimento é fundamental para no processo de construção de um profissional interventivo, propositivo e criativo, que rompe com o voluntarismo que permeou a profissão, no século XX, que tem como base o conservadorismo.

Abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira. [...] analisar como o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade. Mas pensar a profissão é também pensá-la como fruto dos sujeitos que a constroem e a vivenciam. Sujeitos que acumulam saberes, efetuam sistematizações de sua “prática” e contribuem na criação de uma cultura profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 57, os grifos são nossos).

A relação que se interpõe entre o profissional com o objeto de estudo possibilita o aprofundamento da análise e a avaliação dos resultados objetivados, pois cada objeto é único e apresenta sua singularidade sem, no entanto, apartar-se da totalidade.

Uma pesquisa nasce de uma problemática expressada na realidade concreta, mas só uma análise crítica e aprofundada dessa realidade poderá trazer as devidas respostas a essa problemática. A busca acurada de dados, levantamentos, pesquisas anteriores é fundamental para dar respaldo, ou não, às hipóteses levantadas no decorrer do processo de planejamento da pesquisa. Essa identificação entre pesquisa e pesquisador faz com que as demandas postas sejam apreendidas na sua totalidade, pois só assim que o profissional do serviço social poderá intervir nessa realidade.

Para Iamamoto (2000) a proximidade do(da) assistente social com o objeto deve permitir captar a qualidade de vida e de trabalho da classe subalterna. Dessa aproximação resulta a compreensão dos interesses e suas formas diversas de explicação fazendo frente aos problemas de desigualdades sociais e da exclusão sócio-espacial.

O(A) profissional do serviço social deve estar apto(a) a avaliar os fatores, políticos, sociais, culturais, ideológicos e etc. que envolvem, de forma periclitante, a sociedade na qual se insere, e principalmente deverá ser conhecedor da trajetória histórica da profissão, para que possa desvelar as nuances do contexto de crise no qual está inserido. Para Yazbek (2000) o (a) Assistente Social comprometido(a) com o direcionamento ético e político do serviço social tem um papel desafiador diante do projeto neoliberal, onde o Estado é desresponsabilizado dos direitos sociais, principalmente dos de proteção social.

Para uma reflexão do Serviço Social na atualidade, com suas demandas e perspectivas nesse momento histórico, é necessário situá-lo em sua trajetória histórica e revelar o legado desse momento com seus rebatimentos no contexto do século da globalização. Tempos em que a economia e o ideário neoliberal intensificam as desigualdades sociais com suas múltiplas faces. Tempos em que crescem as massas descartáveis, sobrantes e à margem dos direitos e sistemas de proteção sociais. Tempos, portanto em que crescem as demandas por políticas sociais, de um modo geral e, particularmente, por políticas de proteção social (Ibidem, p.95-98).

Portanto a pesquisa está diretamente ligada à formação profissional do(a) assistente social e as demandas impostas ao seu fazer profissional. O tema, políticas públicas habitacionais constitui-se um imbróglio, que se insere no contexto econômico e político dos dias atuais, cujas particularidades de não efetivação estão associadas à agudização das expressões da “questão social”. O tema apresenta ainda suma importância na construção de referências conceituais que, alcançando profundidade e qualidade necessárias, contribuirá para uma melhor compreensão da sociedade na qual estamos inseridos.

CAPITULO II

TERRITÓRIOS E AS CIDADES: CONSTRUÇÕES E CONEXÕES PERMANENTES

Este capítulo busca apresentar como as cidades foram construídas nos marcos do sistema capitalista. Mostra, ainda, como esses locais trazem nas suas protoformas, os sentidos de determinadas histórias de vida e como o uso dos territórios está ligada aos interesses burgueses, marcos religiosos, áreas de lazer etc. O objetivo não é mostrar a miúdo a história das cidades e ou das políticas públicas habitacionais, mas trazer alguns elementos que ajudam a compreender as conexões entre os interesses envolvidos nessas construções e os sentidos aí empreendidos.

No primeiro tópico, buscamos, a partir das construções sócio-históricas das cidades, discutir quais suas funções no sistema capitalista, como também mostrar, até que ponto o advento da propriedade privada determinou, e ainda determina, os sentidos atribuídos aos territórios e sua distribuição segundo o poder aquisitivo da população e não as suas necessidades. Sob esse lastro, as cidades são mostradas como espaços férteis à desigualdade social e ao processo de segregação espacial.

O texto se desenvolve mostrando um processo de urbanização tardia no Brasil, eminentemente atrelada ao desenvolvimento do setor de serviços e do comércio. Nesse contexto, a formação e urbanização das cidades brasileiras trazem de forma distinta peculiaridades em sua formação histórica. A questão do déficit habitacional, que historicamente se constituiu um grande desafio para diferentes governos brasileiros, apresenta multifacetadas determinações, dentre elas a desigualdade social e a segregação sócio-espacial.

A questão da moradia adequada, no Brasil, avançou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a da Emenda Constitucional nº 26/2000 que alterou o artigo 6º do texto constitucional e instituiu a moradia como sendo um direito social. Entretanto, no Brasil o déficit habitacional ainda constitui-se um grande desafio, sobretudo por se configurar uma política mercadológica que atende aos ditames financeiros da lógica capitalista.

Por fim, será apresentada a relação existente entre o Programa Minha Casa Minha Vida e a lógica lucrativa do capital. Um programa habitacional, criado como uma importante

política pública, para atender ao interesse social, mas que gerenciada como uma grande fábrica de lucro do sistema burguês e aprofunda o debate sobre as desigualdades socioespaciais.

2.1 Construção Sócio-Histórica das Cidades: Territórios em Debate

Ao analisarmos o conceito de cidade, pensamos, talvez, em um conglomerado de casas, prédios e outras construções nas quais se estabelecem histórias e fatos vividos. Na opinião de Rolnik (1992), ou visualiza-se este fenômeno a partir de uma criação arquitetônica bem planejada ou simplesmente como um amontoado de tijolos sem planejamento algum que, aos poucos, foram avançando no território e definindo-se como um fenômeno chamado “cidade”.

Para Rolnik (1992), em um dado momento, torna-se necessário a organização da vida pública na cidade, e dessa necessidade insurge um poder público urbano, uma autoridade político administrativa para sua gestão. Nas primeiras expressões de cidade, a realeza exercia essa autoridade, em uma cidadela na qual grandes trabalhos e construções eram desenvolvidos. Os súditos que mantinham os trabalhos eram acudados por suas muralhas e ao mesmo tempo viviam sob um poder despótico e centralizador comandado pelos reis.

As cidades foram crescendo a partir da necessidade de se comercializar o excedente produzido no campo. Havia a imprescindibilidade de um ponto geograficamente estratégico, no qual pudessem encontrar um maior número de pessoas a fim de promoverem a troca das mercadorias que produziam por outros produtos que necessitavam. O aumento dessa atividade constituiu-se num novo desafio, que obrigou a sociedade da época a engendrar mudanças em seus espaços. As aglomerações foram aumentando à medida que as pessoas eram atraídas a lugares mais apropriados para a comercialização. O que antes não passavam de feiras reduzidas, formadas nos pequenos burgos, tornaram-se, em pouco tempo, grandes cidades cujos interesses iam além do poderio dos senhores feudais.

A cidade é anterior ao avanço do comércio. No entanto, elas eram, como diz Huberman (2008), “cidades rurais”, serviam tão somente para atender aos interesses de uma pequena parcela da população. Algumas pessoas recorriam a esses locais em busca de conhecerem umas as outras e firmarem acordos familiares.

O avanço comercial, o arrendamento das terras e as pressões senhoriais [...] tudo isso gerou um movimento em direção à cidade: primeiro dos servos e pouco a pouco do poder que foi seguindo o trabalhador livre e despossuído (ROLNIK, 1992 p.24-25).

É sob esse pano de fundo que ocorre o ascensão de uma nova classe⁸ e torna-se necessário o surgimento de um aprimorado sistema de leis que trouxesse maior segurança e defendesse os interesses da população das cidades. Os interesses da cidade dinâmica e comercial se mostravam constantemente contraditórios aos interesses dos senhores de terras.

A partir do avanço comercial, as cidades passaram a desenvolver uma estrutura diferenciada, estendendo seus marcos para além dos portões que antes as compeliavam. Para Rolnik (1992), essa estrutura parece ter sido redesenhada, e as cidades que até então aparentavam ter uma definição na sua estrutura arquitetônica, passaram a evidenciar um crescimento aleatório sem nenhum planejamento, como se as construções tivessem sido atraídas por um “grande ímã”, formando um aglomerado disforme.

O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter experiências daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isso que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanente podem ser lidos e decifrados, como se lê e decifra um texto (ROLNIK, 1992, p. 14).

Muitas cidades transmitem a primeira vista, a imagem de construções aleatórias. Porém, elas também emitem a imagem de um código, escrito em uma língua própria, que remonta a história de uma sociedade em processo de evolução. Foram redesenhadas; no entanto, seu desenho foi configurando sua história à medida que as sociedades iam dando sequência ao seu crescimento. A formação das cidades remonta o avanço da sociedade, seja em uma estrutura padronizada ou em uma formação aleatória. Ao passo que as cidades foram crescendo, as leis foram sendo organizadas e a luta por um espaço no território urbanizado foi ganhando outros sentidos que iam além do simples “habitar”. Tal fato intensificou o desafio histórico do homem pela posse de uma propriedade.

Para Locke (1998), o Estado é constituído por homens, os quais pretendem, a partir deste, alcançar a proteção de seus bens: a vida, a saúde e a propriedade privada. Assim, a necessidade de leis nas sociedades tinha muito mais haver com a segurança e conservação da propriedade privada. A posse de seus bens passa a ser sinônimo de segurança, riqueza e status, mesmo diante de qualquer poder soberano (ALVES, 2016, p.01).

⁸ Conforme Carvalho (2016), a nova classe é um termo aqui utilizado para designar uma parcela da população, que até então representavam os artesãos, ferreiros, e pequenos comerciantes, e com o avanço comercial passam a representar homens ricos que acumulavam altos lucros tanto com a venda de mercadorias como com empréstimos feitos com juros altos.

A busca desenfreada pela posse da propriedade privada remonta a história das civilizações e passa a representar, não só, a posse de propriedades móveis, mas também a posse de propriedades imóveis. Uma vez que, quanto mais estabelecidos em um lugar, maiores eram as possibilidades de se beneficiarem com as estratégias de comercialização. Estalagens, para abrigar os viajantes, comércios, bancos, para emprestarem altas quantias e obterem lucros com juros altíssimos etc. As cidades abriram espaços e perspectivas inovadoras para os mais abastados enquanto que desenvolviam novas formas de opressão para os trabalhadores, que na sua maioria era composta por pessoas vindas dos campos na esperança de conquistarem suas liberdades.

A posse da propriedade não era por si só suficiente. Todos os âmbitos da vida em sociedade desenvolviam-se no sentido de perpetuar a opressão do pequeno trabalhador que ali chegava. A ciência, a educação e outras esferas da sociedade foram apropriadas pelos cidadãos já estabelecidos, e imbuídos de preservar o poderio atinente ao avanço das forças produtivas. Locke (1998) considera que a sociedade civil desenvolveu-se para preservar a propriedade. Dentro dessa lógica, o autor afirma que isso foi algo firmador do processo de evolução humana e totalmente natural. A propriedade que antes era algo compartilhada passou a ser vista como fonte geradora de lucro e de poder.

O instituto da propriedade privada representou uma forte base para a gênese do sistema capitalista e com ele, se esvai a noção de bem-comum e coletivo, para proteger o direito individual e exclusivo. Para Marx (2007), o advento da propriedade privada promove, dentre outras coisas: a divisão do trabalho, uma sociedade organizada em classes antagônicas e uma superestrutura de viés ideológico a favor do sistema capitalista. É sob esse lastro que as cidades foram sendo urbanizadas. Quanto mais o homem apropriava-se de espaços, mais procurava torná-lo apto à livre comercialização de bens e produtos.

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. (HARVEY, 2012, p.74).

A comercialização do excedente corroborou para a construção de grandes centros, sobretudo a partir da migração das populações de uma área com menos oportunidades

comerciais, para outras com maior concentração e comercialização de bens e mercadorias. Nesse sentido os capitalistas buscavam controlar o crescimento da produção utilizando-se da exploração da população mais pobre, tudo sob a égide do desenvolvimento urbano. O processo de urbanização cresce intrinsecamente ligado a expansão do sistema capitalista.

Nas primeiras cidades destaca-se o poder da aplicação da lei, que intentava preservar a posse de espaços privilegiados, como visava afastar pessoas indesejadas e “perigosas à ordem” dos centros das cidades.

No Brasil, as cidades foram sendo construídas a partir de grandes comércio e a posse da propriedade cooperava com a instituição do poder dos grandes senhores das terras. Para Furtado, (1989), a gênese da posse da propriedade privada, no Brasil, ocorre com a separação das Capitânicas Hereditárias nos anos de 1534 e 1536, momento em que são designadas aos donatários portugueses 15 faixas de terra nas quais o país foi dividido. O interesse pelo desenvolvimento econômico e a livre exploração do território brasileiro representaram fatores históricos que determinaram, e ainda determinam, uma base das desigualdades e a separação fundiária.

As desigualdades sócio-espaciais na sociedade brasileira têm suas raízes fincadas no berço da colonização do país remontam os períodos de intensas transformações históricas: escravidão, o patrimonialismo, a hierarquização patriarcal e a própria abolição dos escravos. Aqueles que fizessem parte de um grupo forte e estabelecido estariam protegidos e tinham a garantia de se utilizar dos direitos oferecidos pelo Estado, como fruto de uma “camaradagem”. No entanto, aqueles que eram desprovidos de relacionamentos influentes no Estado eram subjugados à falta de serviços e a discriminação.

Era em decorrência dessa influência patrimonial da família patriarcal⁹ que a sociedade brasileira não se adaptava facilmente ao sistema burocrático estatal. Até hoje vimos que há uma prevalência das relações interpessoais nos serviços públicos. Segundo Koga (2003), a prestação de serviços é personificada na boa vontade da própria instituição e os direitos adquiridos tratados como um favor assistencialista, “a prática relacional prevalece a racional”, e os direitos adquiridos são usados como instrumento de benemerência.

No país, ocorreu uma série de acontecimentos históricos que influenciaram decisivamente a formação e ampliação das cidades: a divisão das terras em Capitânicas deixou um rastro histórico e contribuiu para um intenso período de escravidão. Por consequência, a

⁹ O traço da família patriarcal se enraíza juntamente com outros traços da “Casagrande”, como as relações de intimidade e cordialidade que se estendem a “senzala”. A personificação da família patriarcal mostra, por um lado sua força de domínio através de oligarquia econômica, política e social; por outro lado este mesmo poder mostra-se como grande protetor dos fracos e subjugados (KOGA, 2003, p. 40).

abolição tardia desses escravos, provocou fortes abalos na indústria nascente e nas lavouras de café. O fato se deu porque milhares de pessoas dantes escravizadas saíram do campo e migraram para as cidades, deixando os grilhões do trabalho escravo. Essa população chega às cidades e passa a enfrentar outros tipos de exploração, como a má distribuição de renda, atinente aos ditames do sistema capitalista. São aliados dos centros “urbanizados” e expostos a marginalidade do racismo ambiental¹⁰ onde passam a viver sem nenhum apoio da sociedade ou do poder público.

Para Wallerstein (2001) o racismo ambiental configura-se como uma ideologia que intenta justificar a desigualdade e a discriminação praticada contra grupos sociais minoritários. A concepção ainda serve para socializar esses grupos adequando-os dentro de papéis pré-determinados pelo capitalismo, para se instituir pilares que fundamentem o capitalismo histórico.

As habitações que dantes foram improvisadas, pela população mais pobre e sem apoio da sociedade, as margens das cidades e nas periferias, até hoje constitui uma desafio para o poder público. As moradias precárias são empurradas para as encostas das cidades a fim de escamotear a pauperização que vem como resultados do avanço desenfreado e desestruturado do capital. O instigante é que, tal fato desencadeia uma série de problemas sociais e ambientais. Mesmo assim, a prática vem se perpetuando até os dias atuais.

A chegada da indústria no Brasil, em ralação a outros países da Europa e das Américas, ocorreu de forma tardia, na primeira metade do século XX. Os brasileiros foram surpreendidos com inovações no sistema de produção para as quais não estavam preparados. A chegada dos imigrantes europeus que vieram ao Brasil para trabalhar no campo e substituir a mão-de-obra escrava, também confluiu com essas mudanças. Todos esses acontecimentos culminaram com o aumento da população das cidades, que não dispunham das adaptações básicas para atender a nova demanda: moradia, emprego, saneamento básico etc. (MARICATO, 2003).

Para a autora, a partir de 1980 as periferias cresceram desenfreadamente, o que desencadeou uma alta densidade no solo urbano, e por consequência, maior expressão da exclusão territorial. O capital apropria-se do espaço, urbanizado, que lhe interessa, e expulsa de suas proximidades o que não serve aos seus interesses. Dessa forma, o trabalhador (mão-de-obrarata) atende a exploração do capital, em um espaço urbanizado, para logo depois ser

¹⁰ Nas palavras de Memmi (2007, p. 110): O racismo é a melhor expressão do fato colonial, e um dos traços mais significativos do colonizador, e do colonialista. Não apenas estabelece a discriminação fundamental entre colonizador e colonizado, condição *sinequa non* da vida colonial, como fundamenta sua imutabilidade.

relegado a espaços distantes e sem urbanização, para atender suas próprias necessidades e reproduzir-se como força viva de trabalho.

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. [...] A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado (CORRÊA, 1995, p. 64).

A segregação urbana é uma das dimensões mais impactantes da desigualdade social e parte constitutiva da mesma. As dificuldades de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos para uma parcela desprovida de bens representam expressões dessa desigualdade (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.).

Para Koga (2003), a exclusão social e as desigualdades territoriais em que vive a sociedade brasileira produzem uma inversão interpretativa em relação ao protagonismo político e aos movimentos de resistência. A luta pelos direitos é constantemente transformada em atos de vandalismo e baderna. Os mais pobres passam a ser estigmatizados por um viés de anti-cidadania e banditismo. Assim, as razões concretas da segregação e desigualdades são naturalizadas sem perspectiva de serem superadas.

Para Netto (1996), as políticas sociais e a luta por direitos protetivos estão intrinsecamente ligadas à constituição da sociedade burguesa e, portanto, necessárias para a produção e reprodução do sistema capitalista. Contraditoriamente, estão também ligadas ao reconhecimento da “questão social”¹¹ e do papel revolucionário da classe trabalhadora no processo de luta por direitos. As diversas formas adotadas pelas políticas sociais são desenvolvidas dentro da lógica neoliberal da atual conjuntura, fazendo com que as mesmas se tornem fonte de negação de direitos socialmente construídos. O tema se insere no contexto político e econômico da atualidade.

No tópico a seguir discorreremos sobre o processo histórico que permeou a urbanização no Brasil.

¹¹ Segundo Iamamoto (1999) a questão social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada.

2.2 Os Sentidos das Cidades e o Processo de Urbanização No Brasil

Em meados do Século XIX, que as cidades brasileiras foram surpreendidas por grandes transformações, para as quais não dispunham de uma estrutura urbanística necessária, fato que corroborou com as dificuldades de subsistência, sobretudo, na precariedade das moradias.

A população recém chegada¹² foi se estabelecendo em cortiços, prédios abandonados, em casarões e nas encostas das cidades. Segundo a classe dominante, seus costumes anti-higiênicos e suas práticas amorais constituíam para a sociedade brasileira a concepção de “classe perigosa¹³”. A noção de classe perigosa trazia consigo uma perspectiva segregadora e excludente. Enquanto isso a classe dominante, formada por burgueses capitalista, pedia a expulsão dos recém chegados, alegando serem eles um grupo social que impediam a expansão da modernidade capitalista. “Para além dos cortiços e casarões do centro da cidade, casas de bairros pobres, passaram a ser alvo de ações de demolições, sob a justificativa de uma política higienista de combate a doenças endêmicas” (KOGA, 2003, p.47).

Não se tem notícia do reassentamento das famílias despejadas dos casarões, nem mesmo a imprensa da época tem notícias de para onde foram os despejados. O que importava eram os padrões “urbanísticos e de civilidade” estabelecidos pela população dominante das grandes cidades.

A perspectiva modernizadora capitalista compelia no Brasil a necessidade de se adequar aos padrões da indústria europeia, mesmo que para isso fosse preciso desconsiderar os padrões que a população estava adaptada. As mudanças, no Rio de Janeiro e de forma bem tímida em São Paulo, foram feitas de forma rápida e furtiva, desconsiderando as histórias de vida e as particularidades que permeavam a história do Brasil. O viés centralizador e patrimonialista imperava e ainda impera na configuração territorial e nas mudançaengendradas.

Na realidade, a burguesia tem um método para resolver o problema habitacional à sua maneira. Isto é, resolve de tal modo que a solução reproduz continuamente a

¹² A partir desse termo, referimo-nos aqui, a população dos negros, recém libertos da escravidão e aos camponeses, que vinham às cidades sob a promessa de angariar riquezas, com o trabalho nas indústrias; e aos imigrantes europeus que foram convidados a trabalhar em lugar dos escravos, nas lavouras de café ou nas indústrias.

¹³ Segundo de Koga (2003) ao utilizar a expressão “classes perigosas” está se referindo ao mito de que a concepção de violência está necessariamente ligada as classes mais pobres, no entanto, a prática da violência e as manifestações de autoritarismo, permeiam todas as classes da sociedade brasileira.

questão. Este é o denominado método “Hausmann”... Não importa o quão diferentes sejam as razões, o resultado é sempre o mesmo: escandalosas alamedas e ruelas desaparecem para exaltação e desperdício da burguesia por causa do seu extraordinário sucesso, mas elas reaparecem imediatamente em outro lugar... A mesma necessidade econômica que as produz num primeiro lugar, as produz em outro lugar (ENGELS, 1935, p.74-77)

Na opinião do autor, a questão habitacional tem sido tratada da mesma forma que o método Hausmann¹⁴ tratou a reforma urbana modernizadora, em Paris. Não no sentido de resolver ou melhorar as condições de vida da população, mas no sentido de atender aos critérios da própria burguesia.

No Brasil o processo de reestruturação social do espaço urbano ocorreu principalmente em meados do século XX. O desenvolvimento da urbanização ocorreu em meio a acentuadas disparidades sociais são desencadeadas por um modelo econômico excludente. Conforme Nascimento (2013), a urbanização ocorre à medida que as desigualdades avançam, principalmente na distribuição de renda e poder. Tal fato, influenciado pela má distribuição fundiária, torna cada vez mais distanciadas as possibilidades de uma organização e distribuição igualitária dos espaços nos diversos seguimentos da sociedade.

O processo de urbanização nas grandes cidades do país, sobretudo, do Rio de Janeiro e São Paulo, exemplificou o aspecto autoritário e excludente na intervenção estatal no período da República Oligárquica que ocorreu em meandros de 1830 expulsando grupos que não atendiam aos interesses mercadológicos do modelo de expansão capitalista. “Foram demolidos 590 prédios velhos para a construção de 120 novos edifícios, o que significou a expulsão de diversas famílias pobres de suas moradias, a ocupação dos subúrbios e a formação das primeiras favelas do Rio de Janeiro” (MARICATO, 1997, p.17).

De imediato, não houve intervenção por parte do Estado e os habitantes despejados não receberam indenizações. Tal fato obrigou a população alijada a encontrar novos locais para suas moradias, o que ocorreu principalmente nas encostas dos morros e nos arredores das cidades.

As casas foram sendo construídas de forma precária e sem nenhuma estrutura urbanizada. “Hoje, nas grandes cidades, é fácil identificar territórios diferenciados: ali é o bairro das mansões e palacetes, acolá o centro de negócios, adiante o bairro boêmio onde rola a vida noturna, mais na frente o distrito industrial, ou ainda o bairro proletário”. (ROLNIK,

¹⁴ Engels reportava-se em 1872, ao método usado por Hausmann em Paris, para remover a força, grande parte da classe trabalhadora do centro da cidade, pois acreditava ser uma ameaça a ordem pública e ao poder político. (HARVEY 2012, p.82).

1992, p. 27). Aos poucos a população mais pobre foi sendo separada daqueles com maior poder aquisitivo e assim, as cidades foram crescendo sob a égide da desigualdade e da segregação socioespacial.

Sposati (2004) esclarece como se dão as interpretações do processo exclusão e desigualdades sociais:

Ao usar a referência de balanceamento entre exclusão/inclusão social, ao pensar na relação de desigualdade, estamos querendo captar quais são as piores e as melhores situações detectadas num determinado espaço territorial quanto a uma variável. [...] não é que na relação exclusão/inclusão não exista pobreza, existem as manifestações da concentração de renda, da desapropriação de uma sociedade de mercado que vão além da análise de pobreza. Essa nossa perspectiva em reunir as duas categorias, exclusão/inclusão, nos permite afirmar que as mesmas forças sociais históricas são capazes de construir ao mesmo tempo ambas as situações. O caráter de engajamento reside em mostrar a desigualdade existente numa mesma sociedade, num mesmo momento histórico, quanto a uma determinada situação e numa realidade de vida em que vivemos cotidianamente. (SPOSATI et al., 2004, p. 100-101).

As famílias pobres que migravam do campo para as cidades eram formadas por pessoas em busca de uma liberdade financeira. No entanto, chegavam ao solo urbano desprovidas de quaisquer condições de subsistência. Aos poucos, devido às condições precárias, também eram lançadas nas periferias e/ou segregadas a um ambiente do “não direito”.

A partir do início de um processo de reforma urbana, dentro de uma perspectiva desenvolvimentista, que objetivava a valorização do quantitativo em detrimento do qualitativo, as pessoas foram afastadas dos centros das cidades numa perspectiva higienista e segregadora. Essa população não tinha para onde ir e tão pouco o poder público mostrava-se interessado em seu bem-estar.

Para Funes (2005), a segregação espacial ainda é o principal agente de exclusão territorial e da degradação ambiental, o que promove uma série de problemas sociais e econômicos, tais como a discriminação, o desemprego, a pobreza extrema e, por fim, a ausência do exercício da cidadania.

Conforme Maricato (2007, p. 01), “a população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade”. Essa reforma fez surgir áreas consideradas ilegais, o que deu início a um processo mais aprofundado de pauperização e favelização, no Brasil. As favelas foram redesenhando os arredores das cidades e sem que a população percebesse, uma população inteira tinha crescido a parte: dos moldes planejados para as cidades e aliados do desenvolvimento urbano. Nesse sentido, tornaram-se vítimas reais da pauperização emergente, porém necessários à produção e reprodução do capital.

2.3 Moradia e Políticas Habitacionais: Direito à Cidade?

Para regulamentar a política urbana e o direito à moradia, foi criado em 2001, o Estatuto da Cidade, pela Lei nº 10.257/2001, o instrumento legal que serve para garantir que novas referências sejam elaboradas para nortear políticas públicas habitacionais. O Estatuto declara ser de competência integrada dos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) proporcionar meios necessários à implementação de políticas sociais que permitam o acesso à moradia digna com condições adequadas de sobrevivência e com saneamento básico. A Lei contempla a necessidade de combate à pobreza, à marginalização, bem como promover o interesse social.

A partir do Estatuto da Cidade, os entes passam a desenvolver programas habitacionais de forma conjunta ou através da adesão a um programa nacional. No entanto, as diretrizes gerais da política urbana, de que trata o Estatuto da Cidade, devem garantir o resguardo e o respeito aos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal de 1988.

Em 1930, com a industrialização pesada, o protagonismo da classe trabalhadora, o reconhecimento da “questão social” e a Revolução de 30, a problemática do déficit habitacional veio à tona e mostrou que uma ações governamentais em torno da questão era emergente. Todos esses fatos consubstanciaram para que a sociedade brasileira voltasse seu olhar para a complexidade das questões acerca da “moradia”, e sua relação com as multifacetadas expressões de uma iminente pauperização.

Rolnik (2015) afirma que é sob esse lastro de acontecimentos que surge uma das sociedades mais desiguais do mundo aonde muitos foram privados do acesso às suas necessidades mais básicas, como o direito a moradia adequada. O modelo desigual e predatório de cidade no Brasil provocou um incentivo à autoconstrução e ocupação de terrenos vazios e de encostas, constituindo-se, dentre outras coisas, as favelas e as habitações precárias.

Conforme a autora, a política habitacional atual é entendida como ponto mobilizador da economia para enfrentar uma possível crise e gerar empregos, e não há relação alguma com a política de ordenamento fundiária; portanto, não há interesse da disponibilização da terra urbanizada para produção de casas para as famílias de baixa renda.

Conforme Harvey (1996), as políticas habitacionais são levadas pelos ditames do sistema capitalista e sua lógica mercadológica, que atuam de forma cruel na ocupação e construção do espaço urbano, ao mesmo tempo em que se apropria das medidas de redução de

déficit habitacional¹⁵ para sujeitar as administrações públicas às suas normas e reduzi-las a meros viabilizadores dos interesses empresariais. A partir dessa lógica mercadológica e excludente, as famílias são segregadas a uma realidade a qual antes não fazia parte do seu cotidiano e que elas, muitas vezes, não tiveram o direito de escolher.

Inicialmente, no Brasil, o governo passou a financiar empresas privadas a fim de atingir a falta de moradia. Logo ficou evidente que o setor privado não poderia atingir as camadas mais pobres da população. Em seguida o governo propôs que as medidas fossem implementadas pelos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), através de financiamentos para casas de alugueis. Tais medidas mostraram-se insuficientes para atender a demanda da falta de moradia, pois só alcançavam os filiados ao instituto, além de aumentar o poder aquisitivo daqueles que pretendiam alugar imóveis.

Em 1946, durante o governo Dutra, foi implementada a Fundação da Casa Popular (FCP), principal medida da política habitacional no período de uma política populista, empreendida pelo governo de Getúlio Vargas. Apesar da Fundação das Casas Populares não ter alcançado resultados vultosos de grande dimensão, foi o primeiro órgão criado para construir residências para a população mais pobre da época. Num contexto de grandes pressões da classe trabalhadora e do Partido Comunista da época, a fundação foi criada como resposta social à problemática da habitação. A falta de recursos reduziu à instituição a inoperância.

Com o golpe civil militar de 1964 foi instituído o Plano Nacional de Habitação. Segundo a lógica do governo militar a problemática da habitação deveria ser superada com “ordem e planejamento” necessário. Segundo Maricato (2000), as obras do período militar difundiram-se no investimento dos centros urbanos, sufocando e reprimindo as favelas e os territórios informais. Mais uma vez a classe trabalhadora estava sendo desconsiderada em um processo de transformação no Brasil.

Em 1964 foi criado pela Lei 4.830 o Banco Nacional da Habitação (BNH) com a finalidade expressa de solucionar a problemática do déficit habitacional do país. O Banco Nacional da Habitação recebia recursos vultosos proveniente de poupança compulsória e era responsável por repassar esses recursos a vários agentes privados. “O BNH, afastou a aplicação de seus recursos financeiros para investi-los em habitações de alto e médio custo e

¹⁵ O censo demográfico 2010 aponta que no Brasil apresenta um déficit habitacional de 6,490 milhões de unidades, o correspondente a 12,1% do total de domicílios no país. Cerca de 70% deste está localizado nos grandes centros das regiões Sudeste e Nordeste. (IBGE, 2010)

ainda para obras de infraestrutura (transporte, saneamento, equipamentos urbanos, drenagem)” (MARICATO, 1982, p. 80).

É preciso considerar-se a instituição do Sistema Financeiro de Habitação, que construiu aproximadamente quatro milhões de moradias entre os anos de 1964 e 1986. Contudo, apenas 33% dessas moradias eram destinadas à população de baixa renda e sempre eram construídas em conjuntos habitacionais localizados nas periferias urbanas. Primava-se por locais onde a terra é barata e não existe infraestrutura, enfim, onde não é cidade segundo Rolnik, Nakano (2009).

É necessária uma rápida análise dos dispositivos constitucionais que serviram como base para a regulamentação da política fundiária. A Constituição Federal de 1988, distribuiu em seu texto constitucional as competências dos entes federados: Municípios, Estados e Distrito Federal e a União. Os Municípios passam a ter responsabilidades com diversas áreas como educação, saúde, agricultura e principalmente questões relativas ao urbanismo. O texto constitucional versa ainda, em seu artigo 23, que é de competência integrada da União, Estados, e Municípios a implementação de programas alusivos a construções de moradias e condições habitacionais.

No que se refere ao direito à moradia digna, seu arcabouço jurídico está contemplado no rol dos direitos sociais da Constituição Federal de 1988. Foi incorporado ao texto constitucional, por força da Emenda Constitucional nº 26/2000, que alterou a redação original do art. 6º da referida Constituição, cumprindo o compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, do qual o Brasil é signatário. O direito à moradia digna tem um significado que vai além do fato de se obter uma habitação, É um direito fundamental de grande importância para conquista e estabelecimento da dignidade da pessoa humana. Portanto, deve ser respeitado e contemplado por meio das políticas sociais.

Nos artigos 182 e 183 a Constituinte versa sobre “A Política Urbana” numa abordagem decisiva e busca rever o que até então era adotado, no Brasil, como política urbana de benefícios aos direitos da propriedade privada, os quais estavam protegidos pelo Código Civil de 1916 (posteriormente revogado em 2003) e, por fim, os dispositivos tratam das desigualdades e da segregação socioespacial.

Segundo Rolnik (2015), com o advento da Constituição Federal de 1988, ressurgiu a promessa dos direitos sociais; mas esses direitos não se efetivaram devido à chegada do projeto neoliberal ao Brasil. A eleição de Collor (1989) marcou a ascensão do neoliberalismo no país, e por consequência o cerceamento de direitos socialmente construídos. O projeto

neoliberal, dentre outras propostas, traz em seu cerne uma ideologia que visa a desresponsabilização do Estado com o sistema de proteção social e os direitos sociais.

No governo do PSDB, marcado pela transição com Itamar Franco e em seguida por FHC, se mantém a lógica de retraimento do Estado com o sistema de proteção social. Período em que houve um alto índice de privatizações e reorientações dos gastos públicos para a promoção do mercado financeiro, enquanto que os direitos conquistados na constituição de 88, eram detidos e sucateados (ROLNIK, 2015).

No Governo Lula, verificou-se algumas mudanças econômicas e políticas de combate à pobreza. Por outro lado houve, em grande escala, a chamada “crise habitacional”. A mobilidade urbana, também foi prejudicada, devido o incentivo ao transporte individual. Apesar do aumento da renda dos brasileiros e da mínima distribuição de renda permitida nesse período, houve o aumento dos índices de violência e segregação sócio-espacial. (ROLNIK, 2015).

O crescimento econômico refletiu na valorização mercadológica dos imóveis e como consequência ao aumento dos alugueis, que chegou a subir muito mais que o salário mínimo. Nesse período houve a ascensão do capital financeiro e a ideia das construtoras também estavam voltadas à lógica mercadológica do sistema hegemônico. No governo petista, ocorreu o aumento de recursos destinados ao financiamento habitacional. Dentre outros, o aproveitamento desses recursos deu-se na criação do Programa Minha Casa Minha Vida, que em uma de suas modalidades estava dividido em três faixas e visava alcançar a população de baixa renda.

O Programa Minha Casa Minha Vida é a unificação de diversas modalidades de políticas habitacionais, porém, grande parte dos recursos são vinculados ao “Minha Casa Minha Vida empresas”. A modalidade está dividida em três faixas. Na primeira faixa, as taxas de juros são reduzidas e a venda é praticamente toda subsidiada pelo governo. A segunda faixa o valor do imóvel também é subsidiado em uma menor parcela de contribuição, porém, conta com taxas de juros especiais. A terceira faixa a compra do imóvel não é subsidiada, mas conta com taxa de juros especiais.

Os critérios para implementação do Programa Minha Casa Minha Vida transitam entre as construtoras, Prefeituras, Caixa Econômica Federal e beneficiários. As construtoras definem o padrão de inserção das famílias, em suas devidas faixas, escolhem o terreno e o valor a se pagar por ele, constroem as casas, definem e elaboram o projeto e solicitam créditos da Caixa Econômica. As Prefeituras, por sua vez, analisam a apresentação do projeto e escolhem, a partir do cadastro a seleção dos beneficiários. A Caixa Econômica Federal

gerencia os recursos e analisa os termos do projeto final e aprova ou não o projeto final. O beneficiário, por sua vez, tem o papel de se inscrever no Cadastro Único para programas sociais e deve acompanhar todo o processo de evolução do projeto.

Hoje, os critérios de ocupação e de uso do espaço urbano são estabelecidos pelo Plano Diretor¹⁶ de cada Município, segundo critérios do Estatuto da Cidade. O novo instrumento é “uma lei inovadora que abre possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana que considere tanto os aspectos urbanos quanto os sociais e políticos das nossas cidades” (SAULE JUNIOR, 2004, p. 209).

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, vem regulamentar uma série de instrumentos jurídicos, dentre eles, o Plano Diretor de cada Município, estabelece ainda diversas formas de intervenção político administrativa, dentre elas a questão tributária, o uso coletivo da usucapião e a transigência do uso da terra para fins de moradia. Muitos programas habitacionais foram implementados a fim de diminuir os índices deficitários de habitação no país, mas os resultados não foram os mais satisfatórios (BRASIL, 2001).

O acesso informal ao solo, representado no não direito à moradia, constitui no Brasil um dos maiores desafios das últimas décadas. Segundo Funes (2005), a falta de programas habitacionais eficientes voltados a atender a população mais pobre tem como consequência a segregação espacial e traz consigo uma lista de problemas sociais e econômicos permanentes, o que promove as desigualdades sociais, a discriminação, a perpetuação da pobreza e a ausência da cidadania.

As ocupações ilegais e irregulares estão presentes na maioria dos municípios brasileiros, escancarando uma triste realidade social: a da falta de moradia. Porém, o problema não é apenas a falta de imóveis para morar, mas também a ausência da segurança posse, que por sua vez favorece a péssima qualidade com que são construídos os que existem, em especial nas áreas ilegais. (HOLTZ, MONTEIRO 2008, p.22).

Quando se anuncia que o Município foi contemplado com a implantação do programa habitacional, muitos terrenos têm seus preços ajustados exorbitantemente e sem nenhum regramento, com clara finalidade de afastar e as famílias pobres para lugares mais afastados da malha urbana, separados com alguma clivagem territorial. Se a população não tem poder aquisitivo para adquirir um terreno na parte central da cidade, são afastadas às margens das cidades, enquanto as construtoras se beneficiam pois com a saída da população mais pobre, o caminho fica livre para venda de terrenos centrais às grandes empreiteiras.

¹⁶ O plano diretor é um instrumento de referencia urbana, está previsto no art. 182 § 1º Constituição Federal de 88, e na Lei 10.257/ 01. O mesmo, busca o desenvolvimento de cada município, através de orientações ao poder publico e a iniciativa privada na construção de espaços urbanos e rurais. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br>

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2007). Em 2005, havia no Brasil, cerca de 53 milhões de domicílios, tidos permanentes, dos quais mais de 44 milhões eram localizados nas áreas urbanas. Com relação à renda das famílias que vivem nesses domicílios, 50,3% recebiam até três salários mínimos. No mesmo ano, apenas 61,1% dos domicílios tinham serviços de saneamento completo, portanto essa estrutura de ocupação não é um indicador adequado para caracterizar o setor habitacional, apesar de refletir o enfoque da política habitacional do Governo Federal que incentiva a compra da casa própria.

O déficit habitacional brasileiro não é calculado somente pela falta de moradia, mas o cálculo estatístico é feito, também, a partir de outras quatro categorias avaliativas: em primeiro lugar se analisa a precariedade da habitação, cujos parâmetros vistos são as condições dos materiais que compõem a construção da casa, seguida da categoria, coabitação familiar, que avalia quantas famílias moram na casa; outra categoria é o ônus excessivo, que considera quanto por cento da renda familiar é comprometido com aluguel e por fim, adensamento excessivo.

Conforme pesquisa elaborada pela fundação João Pinheiro, em 2013/2014, o Brasil apresentava um total absoluto de 6.068.061 no déficit habitacional. Um total relativo de 9,0. Um número de habitação precária de 863.030. Um número de coabitação familiar de 1.911.598. Apresentava 2.926.543 de ônus excessivo, o que representa o total gasto com aluguéis, e por fim 366.890 de adensamento excessivo (FJP, 2014, p.14).

A pesquisa mostra que as regiões mais atingidas pelo déficit habitacional são as regiões Nordeste e Sudeste. Dentro da Região Nordeste, a Paraíba apresenta uma marca de déficit em quase 112 mil habitações, com mais 13 mil casas com construções precárias, mais 60 mil são compartilhadas por duas ou mais famílias, quase 51 mil famílias tem parte do seu orçamento comprometido pelo valor do aluguel e por fim um adensamento excessivo, que é quando muitas pessoas dividem o mesmo cômodo, de mais 9 mil moradias.

O ônus excessivo com aluguel da habitação é um dos itens que mais consome a renda mensal dos brasileiros. Conforme estudos da FJP (2005) estima-se que cerca de 1.857.323 famílias, no Brasil, recebem até três salários mínimos e gastam mais de 30% de suas rendas com aluguel. Vimos, a partir dos dados acima, que aqueles que dependem do aluguel ficam a mercê do mercado financeiro. Para Maricato(1982, p.81) “não faltam casos de prefeituras municipais que atuam apenas como agente intermediário entre empreiteiras e moradores, na colocação de guias, asfalto ou calçamento em geral”.

O governo Lula, inaugurou em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) que é regulamentado pela Lei nº 11.977/2009 e estabelece uma série de critérios

para que as famílias sejam inseridas no programa e para que os critérios sejam estabelecidos e aprovados pelos Conselhos Locais de Habitação. As seleções das famílias são feita a partir de um Cadastro Único(CADUNICO)¹⁷, que objetivava mapear a situação econômica da população, como também analisar as condições dos municípios de subsidiar os programas sociais. (CAIXA, 2013, online).

O Programa Minha Casa Minha Vida apresentava uma reconfiguração do Programa Pró-Moradia (programa do Governo Federal criado em 2005, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e uma contrapartida do beneficiário). Visava financiar imóveis e/ou construir conjuntos habitacionais, sobretudo, para famílias de baixa renda. Os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida provém do Ministério das Cidades e são repassados para a Caixa Econômica Federal que gerencia e operacionalização do programa.

A Lei nº 11.977/2009 estabelece que Estados, Municípios e Distrito Federal poderão fixar outros critérios de seleção de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, aprovados pelos respectivos Conselhos Locais de Habitação. Com base no Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007, as famílias fazem um prévio cadastro no CADUNICO, que visa estabelecer um mapeamento da situação econômica da população como também analisar se os municípios apresentam condições de subsidiar os programas sociais em conformidade com as regras estabelecidas pelo Poder Executivo Federal (CAIXA, 2013).

A Lei supracitada estabelece ainda que os recursos serão repassados à cada etapa das construções e, em contrapartida, os Municípios são responsáveis por estabelecer uma infraestrutura externa como: escolas, postos de saúde e creches, além de outros pré-requisitos que definam um perfil de urbanização no território escolhido pelas empreiteiras que oferecem melhores custos e condições para estrutura dos imóveis.

Conforme dados da FJP, o déficit habitacional representa um desafio concreto para o Brasil. A falta de programas habitacionais, que considerassem aqueles que não tem acesso a uma renda mensal média. Averigou-sea necessidade de um programa que considerasse a lógica distributiva das políticas publicas.

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. [...] A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o

¹⁷ Cadastro único é o conjunto de informações sobre a população brasileira de baixa renda, para que o Governo Federal, os Estados, Municípios e Distrito Federal possam utilizar desses dados na implementação de políticas sociais capazes de promover programas sociais que alcancem essas famílias.

baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado (CORRÊA, 1995, p. 64).

Verifica-se uma estreita relação entre o Estado e o capital no âmbito das políticas habitacionais. O acesso aos bens e serviços está relacionado com o direcionamento do capital. O direito à moradia juntamente com outros direitos sociais são apropriados pela lógica mercadológica e mais uma vez verifica-se a coexistência da cidade legal/cidade informal (MARICATO, 1997, ROLNIK, 1997).

Em suma, mesmo com a implementação do Programa Habitacional vigente as construções de casas tem sido visto meramente como a produção em massa de uma mercadoria a ser comercializada pelos grandes mercados financeiros, e não como promotora de direitos socialmente construídos como: acessibilidade, qualidade, infraestrutura, entre outros recursos que reconheçam o direito à cidade.

CAPITULO III

MORADIAS HABITAÇÕES E DESIGUALDADES SOCIO-ESPACIAIS: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE DE SOUSA-PB

No presente capítulo discorremos de forma mais aprofundada como as desigualdades sócio-espaciais se expressam nos territórios, considerando a realidade do Conjunto Habitacional Sousa I, no município de Sousa-PB. Abordamos, através das falas dos(as) sujeitos(as) da pesquisa, as estratégias usadas por eles(as), para cotidianamente se adaptarem as condições necessárias ao acesso à casa própria, nos padrões do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, para população de baixa renda.

O capítulo três está dividido em três tópicos. No primeiro buscamos trazer a relação entre territórios e a construção das desigualdades sócio-espaciais¹⁸, de forma a possibilitar a compreensão da realidade local. Elaboramos também, uma caracterização do espaço urbanopara se mensurar as segregações promovidas a partir do acesso à moradia. Direito esse, que na lógica da política neoliberal, “naturalmente”, suprime outros, desembocando num processo de inclusão/exclusão, sobretudo para a população pobre.

No segundo e no terceiro tópicos a pesquisa busca analisar as desigualdades reveladas através da engenharia sócio-espacial do Conjunto Habitacional Sousa I. O espaço abordado traz uma descrição de como um arranjo, setorizado, construído distante da cidade pode expressar um lugar do não direito e da desigualdade espacial, marcada pela segregação social e homogeneizadas a partir das condições financeiras de determinada parcela da população.

Para análises da pesquisa, aplicamos dois questionários, junto aos moradores do conjunto. A população de entrevistados(as) foi de nove mulheres. Os questionários foram construídos em duas dimensões. Um contendo questões voltadas para indicadores de análise quantitativas: situação socioeconômica, faixa etária, trabalho etc. outras questões compoem itens qualitativos voltados para termos como: satisfação com o programa Minha Casa Minha

¹⁸ A mesma perspectiva apresentada sobre as desigualdades sociais pode ser aplicada em relação ao espaço. A rigor, todos os espaços são diferentes entre si. Assim, as desigualdades espaciais tornam-se uma questão relevante para análise à medida que implicam em benefícios e malefícios distintos à sociedade e contribuem para hierarquiza-la (MATOS, 2010).

Vida, leitura do programa, necessidades do(a) morador(a) e estratégias usadas pelos moradores para o enfrentamento às desigualdades sócio-espaciais.

As sujeitas da pesquisa não serão identificadas com seus nomes próprios para manter o sigilo exigido no processo da pesquisa. As mesmas serão identificadas apenas com o codinome “Entrevistada” de 01 a 09. Os números para cada entrevistada foram adotados através de um sorteio, distribuídos aleatoriamente, não tendo relação alguma com o número da casa ou da quadra em que residem.

As entrevistas foram feitas apenas com mulheres, com renda familiar até 3 salários mínimos, por serem essas, na grande maioria, as titulares das residências. Tal quesito consiste em uma das cláusulas observadas na redação do art. 35 da Lei 11.977/09, que afirma: os contratos dos imóveis devem ser formalizados, preferencialmente, em nome das mulheres, chefes de família, ressalvados alguns casos. A escolha das mulheres como titulares das entrevistas também se dá pelo fato de que, na grande maioria, foram elas que participaram de reuniões promovidas pela Prefeitura e/ou pela Caixa Econômica Federal para explicitarmos os quesitos para aquisição das residências e sobre as disposições do Programa Minha Casa Minha Vida (BRASIL, 2009).

O quesito observado na Lei *supra* cidadão deixa de representar um avanço histórico nas conquistas das mulheres acerca da busca por igualdade gênero e por reconhecimento de sua real capacidade de gerenciar os bens e aquisições da família, se assim desejar. O avanço se acentua quando observamos o fato de que, grande parte da população que acessa os programas habitacionais é formada por mulheres pobres e negra. Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicada (IPEA, 2011) no período entre 1995-2009, a proporção de mulheres denominadas chefes de família aumentou mais de dez pontos percentuais. Os números passaram de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009. Atinente a isso temos 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres.

No que diz respeito a assentamentos suburbanos e segregados, há uma crescente vulnerabilidade nas condições de habitação, principalmente nas chefiadas por mulheres. O aumento significa que os padrões das famílias brasileiras têm sido alterados, porém, os critérios para a identificação não são explicitados na pesquisa.

Ao todo, visitamos 15 residências para entrevista, adequando-se ao número de quadras existentes no bairro, das quais, duas das mulheres abordadas em suas respectivas casas começaram a responder as questões da pesquisa, mas em seguida afirmaram que preferiam não continuar. As mesmas alegaram que poderia ser uma forma “camuflada” de fiscalização do governo e preferiam não arriscar perderem suas residências.

Percebemos que, mesmo depois de apresentar o termo de identificação de estudante/pesquisador da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e de explicar o teor da pesquisa, a vizinha da entrevistada continuou afirmando que já sabia desses “truques” usados pelo governo para tomarem as suas casas. Tendo em vista a estranheza da situação e o mau estar que se instaurou naquela quadra, achamos prudente não insistir em entrevistar nenhuma moradora daquela avenida e não utilizarmos as respostas que ali colhemos, passando, assim, para a rua seguinte.

Como esta entrevistada acima mencionada, tiveram mais três mulheres que, se prontificaram em responder nossa pesquisa, mas não aceitavam assinar o termo de livre consentimento. Dessa forma, suas afirmações não representavam nenhuma validação científica e legal para nossa pesquisa. Por fim, analisaremos as respostas de 09 mulheres que aqui representarão as impressões das moradoras do Conjunto Habitacional Sousa I acerca das mudanças ocorridas na vida de suas famílias, a partir do acesso à uma unidade habitacional do citado programa.

Das nove mulheres entrevistadas, cinco eram titulares dos imóveis, quatro não eram titulares, e tão pouco eram inscritas no Cadastro Único. Portanto, tinham comprado a casa através de terceiros. Cinco delas são beneficiárias do Programa Bolsa Família, quatro nunca tiveram acesso. A faixa etária da população entrevistada foi bastante diversificada, variou entre 20 e 75 anos. Dessa forma, seria possível a análise da leitura feita por mulheres de diferentes idades acerca das mudanças sócio-espaciais ocorridas em suas famílias. A renda familiar das entrevistadas variava de R\$270,00 a R\$2.811,00, o que representa uma média oscilante de ¼ a 3 salários mínimos. Quanto ao grau de escolaridade, uma das entrevistadas é analfabeta, duas concluíram o ensino fundamental, três tem o ensino fundamental incompleto, duas concluíram o ensino médio e apenas uma tinha o superior incompleto (evadiu-se do curso devido à falta de transporte).

Quanto ao bairro fizemos três visitas ao mesmo. A primeira para uma observação da estrutura arquitetônica e urbanística do mesmo. A segunda visita foi para fazer uma entrevista teste para se mensurar o nível de compreensão das entrevistadas, ante as questões elaboradas. A terceira foi feita no dia 22 de abril, de 2017 para as entrevistas finais.

Encontramos ao longo da pesquisa muitos entraves; dentre eles: a dificuldade para se colher dados e informações junto à Prefeitura de Sousa referente à construção e aos moradores do Conjunto Sousa I. A falta de informações básicas acerca do papel do Departamento de Habitação foi responsável pela mudança de alguns dos objetivos sinalizados no nosso pré-projeto.

As Secretarias de Ação Social, Infra-Estrutura e Comunicação afirmaram, através de seus responsáveis alegaram não terem, até então, acesso aos dados referentes ao Departamento de Habitação de Sousa e que, devido à mudança de gestão municipal, as informações sobre as ações da administração anterior não tinham sido transitadas a contento para a gestão atual. Fato esse que estaria sendo analisado na Justiça e, por essa razão, não poderiam prestar maiores esclarecimentos. Outro entrave que se encontramos no caminho percorrido foi o fato de que boa parte dos moradores da comunidade Sousa I apresentavam-se em constante alerta acerca das fiscalizações existentes no bairro. Alguns deles desistiram da entrevista por “suspeitarem” que nossa pesquisa, nada mais era, que uma forma “camuflada” de fiscalização do governo.

No tópico a seguir, faremos uma explanação na relação existente entre a formação dos territórios e às desigualdades sócio-espaciais. Trazendo como base a dinâmica cotidiana das famílias moradoras do conjunto habitacional Sousa I.

3.1 Territórios e a Construção das Desigualdades Socio-Espaciais

É importante discutirmos as desigualdades territoriais a partir das impressões das famílias que compõem um dado território, pois somente por meio da realidade vivida romperemos com o aparente. Para essa compreensão, torna-se imprescindível a participação dos(as) sujeitos(as) nele envolvidos(as). “O território [...] só se torna um conceito utilizável para análise social quando consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2009, p. 22).

Os territórios tem um importante significado na efetuação da cidadania, pois a mesma é efetivada na realidade concreta dos lugares: o direito à moradia, à escola, ao emprego, à alimentação, saúde, transporte etc. Ocorrem no “chão concreto”, na realidade percebida no cotidiano das famílias que residem em espaços organizados. Entre os(as) sujeitos(as) e o lugar onde residem há uma relação de pertencimento que basicamente significa viver no lugar que pertencem e pertencer ao lugar em que vivem. Há uma relação de identificação entre sujeitos(as) e seus respectivos territórios.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi (SANTOS, 2006, p. 97).

É a partir dos territórios que se desenvolve a efetivação, ou não, dos serviços públicosque, muitas vezes, são prestados de formas diferenciadas em áreas relegadas socialmente, influenciando no modo de vida da população. As desigualdades tornam-se mais evidentes em bairros periféricos e suburbanos.

Para Koga (2003) há uma grande importância na relação entre o espaço em que se vive e nas políticas públicas, ali desenvolvidas. Alega que, território “representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações da vizinhança, e solidariedade, e as relações de poder” (KOGA, 2003, p. 33). O espaço por si só, não traz um significado; mas é na dinâmica, território e sujeitos(as), que um espaço, como categoria geográfica, se torna um território de significados.

Tomando como alicerce o entendimento de Koga (2003) vimos que a perspectiva socioterritorial pode ser entendida como ponto de partida para se ampliar o alcance e a otimização de ações voltadas à proteção social da população em situação de risco e vulnerabilidade social.

A Política Nacional de Assistência Social (2004) incorpora uma perspectiva socioterritorial e apresenta esse conceito de forma mais ampliada para melhor operacionalização das políticas sócio-assistenciais dentro de cada território. Para tanto, propõe-se a criação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), implantados em determinados espaços com registros da população residente e em situação de vulnerabilidade e de risco social territorial para cada 5.000 famílias sob situação de vulnerabilidade, em núcleos de até 20.000 habitantes” (NOB/SUAS, 2005). Com as novas disposições da PNAS o conceito socioterritorial passa a estar intrinsecamente ligado a políticas estruturantes voltadas à Assistência Social.

A taxa de vulnerabilidade social, definida na NOB/Suas, é um importante indicador da necessidade de oferta de serviços de Proteção Básica. Cada município deve identificar o(s) território(s) de vulnerabilidade social e nele(s) implantar um CRAS, de forma a aproximar os serviços dos usuários (BRASIL, 2005, p. 5).

A população do Sousa I não conta com o acesso aos serviços sócio assistenciais do CRAS. Os (as) moradores (as) ficam a mercê de ações pontuais empreendidas pela Prefeitura Municipal. O CRAS se configura como porta de entrada a política sócio assistencial e, sobretudo sem a possibilidade de projetos voltados para o fortalecimento de vínculos na comunidade em situação de risco e de vulnerabilidade social.

Apesar, de algumas vulnerabilidades sociais estarem ligadas diretamente ao território, não se pode esquecer que “grande parte das vulnerabilidades sociais dos usuários da política de assistência social, não tem origem na dinâmica local, mas em processos estruturais”. Não “enxergar” a totalidade é negar que os rumos da política econômica e de sua desvinculação da política social, a precarização e da insegurança

do trabalho, o enfraquecimento das instituições de proteção social, o retraimento do Estado e das políticas sociais, a incerteza e insuficiência do orçamento para proteção social, da baixa cobertura dos programas, serviços e benefícios, afetam diretamente todos os cidadãos do país, principalmente aqueles que mais demandam por proteção social (SILVA, 2012, p. 99).

As questões estruturais das políticas influenciam diretamente no nível de vulnerabilidade social dos territórios. Com o enfraquecimento de instituições sociais ou até mesmo com a inexistência dessas, o Estado se desvincula com os projetos e ações continuadas, necessárias à dinâmica local. As relações de convivência são alteradas no dia a dia da população a partir de um estilo de vida, estabelecido muitas vezes, pela dinâmica de um determinado território. O acesso a bens e serviços é diferenciado para aqueles que moram em regiões periféricas das cidades e acabam por colaborar com a ideia infundada de “naturalização” das desigualdades sócio-espaciais.

O território é “[...] a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica” (CASTELLS, 2000, p. 181). Os mesmos apresentam suas complexidades, sobretudo na forma como os sujeitos(as) envolvidos(as) expressam a cidadania, e por consequência, um conjunto de direitos e deveres que essa representa.

Os territórios brasileiros foram profundamente impactados pelas mudanças ocorridas no final do século XX. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade desdobram-se como instrumentos legais de fundamental importância para o desenvolvimento e inovação da base fundiária e produção imobiliária nas cidades. (MARICATO, 2003). A partir dessas mudanças, os territórios passaram a expressar, além de sua complexidade, um vasto campo para efetivação das políticas públicas.

Mesmo em um período de conquistas e redemocratização, o Brasil foi fortemente atingido pelo projeto neoliberal¹⁹ e pelos rebatimentos do processo de reestruturação, difundidos pelo Consenso de Washington²⁰. Portanto, muitas das políticas protetivas, como o emprego, previdência, assistência social, saúde, educação, moradia, transporte, saneamento etc., foram desarticuladas antes mesmo de ganharem a escala universalizante, prevista no rol dos direitos sociais (MARICATO, 2003).

A ausência de políticas urbanas, que norteiem os procedimentos na elaboração de planejamentos no solo urbano, resulta no processo recente, marcado pelas diferenças sócio-

¹⁹ O neoliberalismo configura-se como uma corrente teórica acerca de práticas de políticas econômicas na perspectiva de promover o bem-estar humano através da liberalização e ampliação das liberdades empresariais inserido num âmbito institucional demarcado por “direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio” (HARVEY, 2007, p. 02).

²⁰ Dá-se o nome de consenso de Washington o conjunto de medidas de ajustes macroeconômicos que visavam, dentre outras coisas, a difusão das ideias neoliberais na América Latina (HARVEY, 2011).

espaciais e promovem a abertura para ações desregradas de especuladores imobiliários (PEQUENO, 2008). Nesse processo, as cidades, independentemente do porte, ficam a mercê de políticas habitacionais desenvolvidas sem a participação da população que delas farão uso.

Em suma, ao se analisar a questão habitacional, a relação com outras políticas urbanas é um dos aspectos a ser considerado. Em função da interdependência da moradia com outras esferas, nem sempre um simples incremento dos programas de habitação é a solução mais indicada para melhorar as condições habitacionais da população mais pobre. Esses programas podem ser inviabilizados caso não sejam integradas a eles outras políticas urbanas, como de transporte, energia elétrica, esgotamento sanitário e abastecimento de água (AZEVEDO, 1996, *apud* FJP, 2005 p. 12-13).

Em todos os sentidos, a questão habitacional é um aspecto fundamental para desenvolvimento das cidades. A moradia está relacionada com todas as esferas da vida em sociedade. Por isso, os programas habitacionais só se efetivam quando pensados a partir de uma integração com as demais políticas urbanas. O direito a uma parte urbanizada da cidade, com ações transformadoras efetivadas no cotidiano das famílias, deve ser parte preponderante nos programas habitacionais.

cidade de Sousa foi fundada pela Lei n° 28 em 10 de julho de 1854. O gentílico que denomina seus habitantes é "sousesense". Quanto aos aspectos fisiográficos, a cidade tem um clima semiárido, onde predomina uma paisagem típica nordestina, composta, dentre outras, por Caatinga Hiperxerófila²¹. É importante destacar que o município é caracterizado por elevações residuais, cristas ou outeiros que pontuam a linha do horizonte (PORTAL SOUSA, 2017).

O processo de formação do território de Sousa teve início por volta de 1723, em torno da Bacia do Rio do Peixe. Tal fato ocorreu devido a fertilidade do solo, que favorecia atividades econômicas como agricultura e agropecuária. A “pequena vila” se desenvolvia próxima ao rio onde tinha maior possibilidade de promover o bem estar de seus (suas) habitantes e de facilitar a criação de rebanhos, bovinos, caprinos e ovinos predominantes na época. Hoje, percebe-se que Sousa sofreu diversas alterações em seu território inicial, distritos como: Marizópolis, Aparecida, Nazarezinho, Vieirópolis, São Francisco e etc. faziam parte do distrito sede e foram desmembrados a partir de leis estaduais, que os elevaram a categoria de cidade (PORTAL SOUSA, 2017).

Seu território representa a expressão de um processo de formação histórica, desenvolvida a partir de uma urbanização marcada por avanços e retrocessos econômicos,

²¹ Caatinga Hiperxerófila caracteriza-se como uma vegetação rala e arbustiva. Podem ser encontradas nas regiões mais secas do Cariri, Curimataú e Sertão Paraibano. Tem suas características alteradas pelos fatores pluviométricos. Altas temperaturas na estação das secas provocam nessa vegetação alterações. São exemplos dessa vegetação: Jurema, Mandacaru, Marmeleiros, Macambira etc. (ALVES, 2008).

tendo em vista os períodos de longas estiagens que a região sertaneja enfrenta. A cidade apresenta uma área de mais de 738,547km², divididos em território urbano e rural. Em 2010, o município contava com uma população de 65.803 habitantes e o número estimado para o ano de 2016 seria de aproximadamente, 69.196 habitantes (IBGE, 2010).

A cidade está localizada na mesorregião do sertão paraibano, a uma distância de 430km da capital João Pessoa. Sua densidade demográfica é de 89,10 (hab/Km²). No ano de 1991, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de apenas 0,378, ou seja, ainda era tido como muito baixo. Em 2000, o IDHM era de 0,508, em 2010 era de 0,668 (IBGE, 2010).

O aumento nos níveis de IDHM em Sousa mostra uma superação no desenvolvimento humano a partir dos indicadores educacionais, de longevidade e de renda da população souseense. O total de domicílios privados na cidade é de aproximadamente 20 mil (IBGE, 2010). Até então, a proporção de moradores com direito ao acesso a um domicílio (próprio ou alugado) era de 90,1%, dos quais 63,4% consistiam em domicílios próprios e 26,7% em domicílios alugados. Os últimos 9,9% representam o número dos que vivem em domicílios cedidos (PORTAL ODM, 2017).

Sousa está dividida em zona urbana e zona rural. A zona urbana se divide em bairros centrais e periféricos, somando-se, ao todo, 33 localidades. A cidade tem grande parte do seu crescimento devido aos programas habitacionais federais e estaduais. Localidades como Conjunto Zú Silva, Conjunto Mutirão, Projeto Mariz, Lagoa dos Patos e o Conjunto Sousa I, são resultados de programas habitacionais, desenvolvidos na cidade, ao longo de sua formação e desenvolvimento. Estes dois últimos bairros foram construídos a partir do Minha Casa Minha Vida e são os mais recentes.

Além de bairros oficiais, alguns projetos de habitacionais, foram incorporados a outros bairros. A exemplo identificaram-se: o Casas Populares, que faz parte do Zú Silva, Malvinas e Iraque, que se dividem entre os bairros São José e o Raquel Gadelha respectivamente. Todos os conjuntos habitacionais presentes na estrutura urbana da cidade, foram construídos a partir de programas federais e /ou estaduais e todos estão localizados nas margens periféricas.

Dentre as questões norteadoras da pesquisa, cabe ressaltarmos que os programas habitacionais, dentro dos moldes segregadores, historicamente desenvolvidos no município de Sousa, não foram suficientes para suprir as demandas sociais e o déficit habitacional. As construções de assentamentos subnormais às margens da cidade, sem a intervenção do poder público, disputam o protagonismo com as construções de conjuntos habitacionais no processo

de atendimento às demandas da população. Segundo o Portal Sousa (2017), a lista de cadastrados para acesso a unidade habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida só aumenta. Ampliam-se as áreas de ocupações habitacionais precárias, onde se evidencia o desenvolvimento das desigualdades socioespaciais.

A análise em debate teve como foco as desigualdades socio-espaciais ocorridas na vida das famílias Conjunto Habitacional Sousa I, em Sousa-PB. Como evidenciado nesse trabalho, 452 famílias são beneficiárias de unidades habitacionais nesse conjunto, totalizando uma população de aproximadamente 1,5 mil habitantes (PORTAL SOUSA, 2016).

O Conjunto Habitacional Sousa I, em parceria com a Caixa Econômica Federal mediante contratação de construtoras privadas foi construído e entregue a população em 2014. Todavia, a falta de infraestrutura urbana e as condições institucionais do município são expostas trazendo à tona a preocupação com os transtornos provocados com a localização deste conjunto.

Atinente a isso, Maricato(2003) assinala que fica evidenciado na expansão do Programa Minha Casa Minha Vida a dissociação da política urbana com a política habitacional ou mesmo a inexistência desta parceria. Reitera-se assim uma produção em massa de habitações desconectadas de um planejamento urbano associado à infraestrutura da cidade, ou até mesmo dos significados que os indivíduos atribuem ao verbo morar. Atinente a isso Koga traz suas contribuições.

Faz parte da cidadania a incorporação do território como espaço não somente de habitação, mas também de vivência e convivência. Significa morar bem, passear com prazer e segurança, usufruir bem dos serviços. Esta visão de território parece distanciar-se cada vez mais do cotidiano dos grandes centros urbanos, pois, aliada ao fato de visões periféricas dessas metrópoles serem normalmente desprovidos das condições básicas de sobrevivência, ocorre uma forte tendência de segregação socioespacial. Não somente a vida cotidiana parece fragmentar-se através das distâncias que separam a casa do trabalho, dos serviços e do lazer como também as relações sociais parecem restringir-se (KOGA, 2003, p.105).

Os programas habitacionais contemporâneos tendem a beneficiar às construtoras privadas que visam a cumulação de altos lucros em detrimento do bem estar da população beneficiária. Os programas habitacionais nem sempre atingem seus objetivos e o déficit habitacional tem se perpetuado no Século XXI.

Ao acessar o direito à moradia, os indivíduos beneficiários desses programas se deparam com uma supressão de outros direitos sociais que compõe um conjunto de direitos protetivos, demonstrando que os programas habitacionais aliados à “urbanização capitalista”, com moldes de apropriação mercadológica, visa interesses antagônicos ao bem estar social.

Nesse imbróglio, as desigualdades socioespaciais acirram-se a partir desses espaços e a população envolvida perde a noção de cidadania.

No próximo tópico discorreremos sobre o espaço, propriamente dito, do Conjunto Habitacional Sousa I, firmando as hipóteses que nortearam toda a pesquisa através das falas dos (as) sujeitos (as) envolvidos (as).

3.2. Engenharia Socio-espacial do Sousa I: Desigualdades Reveladas

O Conjunto Habitacional Sousa I está situado há aproximadamente 7km do centro da cidade e há mais de 3km do bairro mais próximo de seu território, Jardim Sorrilândia III. A localização do Conjunto foi guiada pela viabilidade econômica, pois vimos que há aí a evidência do barateamento de terras localizadas nos limites do município, corroborando com o espraiamento urbano para lugares que não apresentavam nenhuma infra-estrutura. Nas palavras de Maricato:

À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se [nos espaços excludentes] menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer (2003, p. 152).

De maneira geral, a autora define a realidade dos conjuntos habitacionais.

Quando se procura captar a satisfação dos/as moradores/as com o Programa Minha Casa Minha Vida, no Conjunto Habitacional Sousa I, emerge uma situação contraditória, em que os mesmos afirmam grande satisfação com o acesso a casa própria e mostram, ao mesmo tempo alto índice de insatisfação com os padrões inferiores de urbanização do bairro. Para Maricato (1982), “isso é prova da importância da casa própria para a população trabalhadora que não foge as leis do sistema. Se se reconhece entretanto, que a propriedade da casa (propriedade de um “capitalzinho”) é bastante valorizada aí, inclusive em seus aspectos subjetivos”.(p.84).

Observemos que, ironicamente, no universo da população entrevistada, verificou-se um alto índice de casas que já foram vendidas, uma ou mais vezes, sendo que 45% das moradoras pesquisadas, não mais se tratavam das titulares originais da unidade habitacional. Outras, quando questionadas, expressam o desejo de venderem suas residências e saírem do conjunto, o quanto antes, alegando distância e falta de consideração do poder público.

A partir desse ponto será apresentada a pesquisa empírica, através das falas e impressões das entrevistadas para melhor análise e conseqüente compreensão das desigualdades sócio-espaciais desenvolvidas no Conjunto Habitacional Sousa I. Concernente ao nível de satisfação, as moradoras afirmam:

Se eu tivesse oportunidade de escolha sairia hoje mesmo desse bairro, porque tem dia que eu penso que não vou suportar a distância do Centro, onde trabalho e meus filhos estudam. Dou umas quatro viagens, de bicicleta. O problema é que se a gente vender a casa agora corre o risco de perder tudo e também não vamos conseguir vender por um bom preço (ENTREVISTADA 08).

Se eu pudesse já tinha vendido essa casa, mas eu comprei de outra pessoa e não posso me arriscar a vender outra vez, aqui sempre tem fiscalização. Se não, eu iria embora pra outro bairro sem pensar duas vezes. Qualquer bairro dentro da Cidade é melhor que esse aqui (ENTREVISTADA07).

Se eu tivesse a opção de escolha eu iria pra outro setor. Aqui é longe de tudo. Até pra comprar uma coisa eles cobram o dobro do valor do produto. Se tivesse condições eu iria pra um lugar que fosse mais parecido com uma cidade. Mas é isso mesmo, quem precisa tem que agradecer o que consegue (ENTREVISTADA03).

Eu já tive chance de vender minha casinha várias vezes, mas preferi ficar aqui. O ruim é que aqui tudo é longe, é perigoso. Mas eu queria ficar e tentar ajudar pra valorizar mais o bairro e para esperar que melhorassem as coisas(ENTREVISTADA 02).

Apesar de declararem ter conhecimento da importância de acessarem a casa própria, não deixam de expressar, em suas falas, as dificuldades que encontraram no acesso a esse direito. Daí emerge a questão: se para os moradores do Conjunto Habitacional Sousa I acessar uma residência representa a conquista de um espaço, de um patrimônio. Como vimos nas expressões acima, a falta de estrutura tem inviabilizado a vida dos/as moradores/as do Sousa I. Demonstra-se ainda, uma insegurança grande acerca da posse do imóvel, corroborada com uma fiscalização constante, pelo poder público no bairro.

Para Koga (2003), a apropriação do território diz respeito a intervenções desenvolvidas pelos sujeitos/as nesse espaço, e aos significados que estes/as atribuem ao seu cotidiano. As estratégias para se fazer uso da terra giram em torno da dimensão objetiva e subjetiva da realidade vivida. Esta se manifesta também através das expressões de sentimentos e desejos.

Algumas moradoras alegam um bem-estar, proporcionado pela conquista de uma casa própria, mas negam o desejo de continuar morando no Sousa I. Quando questionadas sobre a oportunidade de escolha quanto à localização de suas residências, percebemos uma insatisfação com a posição geográfica do conjunto habitacional. Tal fato ocorre porque houve o acesso à casa própria, mas a falta de planejamento adequado aos interesses da população na construção do conjunto promoveu a supressão de outros direitos, igualmente fundamentais

para o desenvolvimento dos sujeitos. Sem direito a transporte público, à escola, saúde etc, vitimados pelo medo, pela insegurança e condicionados à fiscalização, muitas famílias desistem do sonho da casa própria e voltam para as condições que dantes viviam.

As entrevistadas alegam a distância e a falta de transporte, como principais entraves para o bem estar dos/as moradores/as da localidade. Outras alegam, que se tivessem a oportunidade de escolha, queriam morar “dentro da cidade”. Expressam assim um vívido sentimento de segregação e de não pertencimento a localidade, como se não houvesse de fato um vínculo entre o “espaço urbano” e o Conjunto Habitacional Sousa I. Percebemosque, para alguns há uma perspectiva financeira.

Os conjuntos habitacionais de Sousa representam o lócus da segregação socioespacial, sobretudo o Conjunto Habitacional Sousa I, que está situado há mais de 6 km do centro comercial. Está construído muito distante do perímetro urbano, além da periferia, das favelas e das áreas de ocupações ilegais, onde o acesso é limitado pela falta de transportes públicos, iluminação, água tratada, educação e serviços básicos de saúde. Koga (2003) afirma que:

Esta condição confere as classes excluídas a necessidade cotidiana de uma resistência “dobrada”: a luta pela resistência física, pelo fato de serem pobres, e a luta pela sobrevivência moral, pelo fato de serem naturalmente suspeitas no meio de uma sociedade altamente segregadora (p. 51).

Tais distanciamentos e limitações implicarão na segregação socioespacial expressada na estigmatização e discriminação dos/as moradores/as, expressa, muitas vezes, na falta de interação do poder público municipal com os bairros periféricos. Tais espaços excludentes apresentam uma ampla gama de precariedade na prestação de serviços públicos, o que constantemente está associado a carência e a pobreza dos/as moradores/as. Quando questionadas elas afirmam:

Muitas vezes me senti discriminada porque se tem um assalto “na rua”. Apolícia chega aqui cheia de razão e vai logo vasculhando tudo, parando as crianças na rua e entrando nas casas. Acham que nós somos culpados por tudo que acontece na cidade. Eu não vejo eles fazendo isso em um bairro respeitado. Até as pessoas que moram em outros bairros morrem de medo de vir aqui. Eu acho que é porque pensam que aqui só tem gente “ruim”, mas isso não é verdade(ENTREVISTADA 02).

Já me senti discriminada muitas vezes. Minha família não vem aqui a noite. Dizem que aqui é muito perigoso. Outro dia pedi uma comida num restaurante da cidade e eles disseram na minha cara que o Sousa I não era um bairro de Sousa por que fica longe demais! Dá pra acreditar? Minhas clientes de bolo não vem aqui e preferem pagar o custo da viagem, que chega a ser quase o valor do bolo. O bolo custa 12 reais e o moto taxi cobra 10 reais pra levar. É um absurdo(ENTREVISTADA 04).

Já me senti discriminada várias vezes. Nas escolas, pra arrumar emprego o povo fala “ah, você é do Sousa I, como você vai fazer pra chegar na hora e não se atrasar?” No supermercado eles não vem deixar aqui as compras que a gente faz.

Vão deixar as compras de todos os bairros na cidade, mas não vem deixar aqui no Sousa I. Tem mercado que vem, mas a maioria não vem(ENTREVISTADA 08).

Nas falas das entrevistadas vimos uma percepção de segregação, expressadas nos sentidos que essas dão à falta de acesso à saúde, à educação, aos serviços básicos municipais ou a intervenções do comércio da cidade no bairro. Ao serem questionadas sobre a possibilidade da discriminação, a maioria delas diz ter sido vítima de atitudes discriminatórias, ou, pelo menos, de expressões que configuram estigmas atribuídos à população pobre, moradora do Conjunto habitacional Sousa I.

A exclusão territorial pode se referir também a noção de segregação territorial, a qual, por sua vez, pode incorrer no risco de estigmatizar os próprios territórios da cidade, sem considerar sua dinâmica interna, bem como sua diversidade a respeito de suas condições objetivas, as quais podem ser distintas das análises externas aos mesmos.(KOGA, 2003, p.205)

Os moradores do Conjunto Sousa I foram selecionados a partir da renda familiar de até três salários mínimos. Entretanto, apesar da conotação homogeneizadora promovida pelo seletivismo da renda familiar, essas localidades apresentam uma grande diversidade populacional, destacando uma dinâmica interna diferenciada.

Outras entrevistadas afirmam não se sentirem discriminadas. No entanto, acabaram relatando alguma experiência com atitudes, que entendem como sendo estigmatizadoras e excludentes, voltadas para os moradores do conjunto habitacional:

Não, nunca me senti discriminada não. Só as vezes na escola o povo discrimina as crianças daqui. Dizem: “vixe, essas crianças são do Sousa I”?ou então dizem que as crianças daqui são as bagunceiras da sala. Outra coisa muito chata que acontece é quando a gente precisa de postinho, porque temos que mendigar fichas em outros bairros e os atendentes ficam dizendo que não tem obrigação de atender o povo do Sousa I. Ora, nós não temos postinho, nem agente de saúde pra fazer cadastro da gente, então o jeito é se sujeitar as humilhações (ENTREVISTADA 07).

Não, nunca me senti discriminada. Mas tem gente que pensa que porque mora aqui é bandido. Apesar de que aqui tem um povo barra pesada, e outros bandidos que moravam aqui já mataram, mas isso é mais lá pra baixo. Eu até nem aconselho você ir fazer essa entrevista lá(ENTREVISTADA 06).

Estas entrevistadas dizem que nunca se sentiram discriminadas, mas acabam relatando uma ocorrência ou algum fato no qual se sentiram relegadas à marginalização. Mesmo quando dizem que não existe a configuração de uma discriminação, atribuem alguma significação a atitudes que denotam uma divisão sócio-espacial. A falta de política públicas voltadas para a saúde, a divisão simbólica que é feita, muitas vezes, dentro do próprio bairro, pois alguns espaços é dividido, por algumas moradoras como, “parte boa e parte ruim, perigosa e não perigosa”. Por fim as falas expressam as dificuldades por elas encontradas para serem aceitas e respeitadas em bairros centrais e já estabelecidos da cidade.

O tópico a seguir explicita com maior propriedade a realidade cotidiana, da população do Sousa I, e suas estratégias para enfrentarem as mudanças ocorridas em suas vidas.

3.3 O Lugar Do Não Direito

A problemática da localização do conjunto é um fator recorrente, e as entrevistadas abordam constantemente a questão do transporte como sendo fundamental para se promover o acesso à “cidade urbanizada”. Mais uma vez o problema habitacional brasileiro está sendo tratado como uma mercadoria de qualidade inferiorizada, que é oferecida com menor preço, maior prazo e menor custo para o capital. Se não houver um planejamento municipal coerente, com as habitações localizadas em locais adequados, abrangendo uma infraestrutura urbana, os conjuntos habitacionais sempre serão vistos e sentidos meramente como uma produção em massa de casas. “É uma condição de deseconomia e de insustentabilidade, que no mínimo gera muitas viagens. O contrário do que o urbanismo atualmente preconiza” no Estatuto da Cidade (MARICATO, 2009, p. 63).

As entrevistadas alegam não conhecerem muito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Conheço mais ou menos. Só sei que “dizem” que é pra quem precisa, mas no fim, só quem ganha uma casa é quem é esperto! Eu mesma nunca ganhei! Digo que é pra espertos, porque tem gente que tem muitas condições e mesmo assim, através de “ajeitadinhos”, conseguiram uma casa. Eu precisava muito de uma casa, mas não ganhei, nem aqui, nem no conjunto Lagoa dos Patos. Por isso meu pai comprou essa pra mim. Eu sei que é ilegal essa compra e vivo morrendo de medo de perder a casa(ENTREVISTADA02).

Conheço um pouco do Minha Casa Minha Vida. Sei que é um programa pra fornecer casa a quem não tem condições ou pra quem tem poucas condições. Acho uma boa ideia. Pela primeira vez um investimento em habitações, que olhe para os pobres. Pela primeira vez na vida fui contemplada com uma casa. Acho que o programa poderia ser melhorado(ENTREVISTADA 04).

É um programa muito bom, porque vivíamos precisando de uma casa sem um lugar pra dizer que é da gente, aí o governo nos deu uma moradia. O bom é que não é uma coisa dada, pagamos nossa parte, que é baratinho, e tem o subsídio do governo. É muito bom mesmo!(ENTREVISTADA 05).

As mulheres elencam as vantagens e ou desvantagens que encontraram ao acessar o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, como também as mudanças promovidas em suas vidas. A falta de conhecimento real do programa, alegada por algumas é um fator preponderante a ser analisado, pois como explorar as vantagens e/ou desvantagens do

programa quando se desconhece o teor do mesmo? Constantemente, a aquisição das casas não é atribuída, pela maioria das entrevistadas, a um financiamento de uma habitação, mas a uma casualidade da “sorte”.

A vantagem foi ter uma casa. Um bem pra deixar pra nossa família. O problema é que aqui é muito longe da “cidade”. Aí eu perco alguns serviços como diarista. Fica difícil sair todo dia e ir procurar serviço. Tem dia que não tenho dinheiro pra ir para o Centro, e às vezes nem compensa, pelo que eu vou ganhar. Então vou e volto a pé e fico muito doente dos ossos, pois já tenho mais de 50 anos(ENTREVISTADA 07).

A vantagem, como já disse, foi ter uma sombra pra descansar, pois eu vivia de casa em casa com meus filhos, que são doentes mentais, e isso prejudicava muito o tratamento deles, que precisam de tranquilidade. Já a desvantagem é a da distância. Sou doente e todo mês gasto um absurdo com taxi, que cobram R\$ 30,00 numa corrida daqui pro Centro. Então o tratamento dos meus filhos ficou muito caro com as despesas de taxi. A principal dificuldade é a distância e a falta d’água porque aqui a gente pega água muito longe com os galões, mas agora, graças a Deus, tá chegando, pelo menos, de oito em oito dias! (ENTREVISTADA03).

Através dos depoimentos das entrevistadas vimos que há uma supervalorização do acesso à casa própria, associada ao desejo de mudarem vida, de se sentirem “donas do seu próprio chão”. Há uma menção constante das vantagens de se ter um patrimônio e associar-se como parte da história de um território.

No entanto, as desvantagens elencadas tendem a suprimir as vantagens, a medida que vem prejudicar o acesso ao emprego à saúde ou à educação dos/as moradores/as, ou seja, ao básico dos direitos sociais. Sendo a questão da casa vista como uma mercadoria, algo meramente financeiro, a iniciativa privada encaminha toda a questão através da publicidade na mídia, de forma a incentivar o financiamento ou o acesso a um patrimônio e leva as discussões para o campo da ficção e da pressão ideológica(MARICATO, 1982). As campanhas midiáticas trazem em seu escopo, não só as vantagens objetivas de se acessar a “tão sonhada” casa própria, mas também os aspectos subjetivos que envolvem a lógica do acesso aos bens do sistema capitalista.

As vantagens foi não pagar mais aluguel, porque eu não tinha meu lugarzinho. Vivia zanzando, morando até debaixo de barraca velha e as desvantagens foram que aqui é muito distante de tudo e aqui não tem nem uma farmácia. Aí pra quem não tem dinheiro. A principal dificuldade foi a do transporte. Eu trabalho fazendo bico nas casas, lavando uma loucinha ou uma roupinha e assim fazendo um dinheirinho e agora eu tenho que ir a pé, porque tiraram os ônibus e ninguém diz porquê! (ENTREVISTADA 01).

As vantagens foi de não pagar aluguel. Aí o dinheirinho que eu usava pro aluguel, agora eu compro umas coisinhas pros meus filhos (choro). As desvantagens foram que aqui tudo é muito longe e você fica isolado. A dificuldade é a distância. No dia que eu acordar e não tiver gasolina na moto pra levar meus três filhos pra aula, eles faltam, e isso acontece direto (ENTREVISTADA 02).

A grande vantagem é só a de não pagar aluguel e ter um patrimônio pra deixar pra meus filhos. Já as desvantagens são muitas: a falta de ônibus e a distância pra

escola das crianças. Tem dia que eu penso que os bichinhos vão desfalecer de tanto andar! Eu não tenho nem um transporte. É uma tristeza! Aqui já deveria ter um grupinho escolar. Ou pelo menos o ônibus deveria continuar passando. Tem dia que eu fico pensando se devo desistir da casa ou da escola das crianças, mas graças a Deus não desisti ainda de nenhum (ENTREVISTADA 06).

Vimos a segregação evidenciada na vida dessas mulheres através da distância. Muitas delas sustentavam suas famílias através de atividades que desenvolviam no centro comercial da cidade. Agora se veem isoladas de seus trabalhos e de suas atividades.

A lógica imposta pelo Programa Minha Casa Minha Vida, em Sousa, promove um paradoxo na vida daqueles que acessam seus benefícios. Ao acessarem a moradia, os/as sujeitos/as são excluídos/as das áreas mais centrais da cidade, pois os conjuntos foram construídos, em massa, além das periferias do município, em áreas inutilizáveis pela população urbana.

As moradoras veem-se diante de um leque de vantagens *versus* desvantagens, das quais, terão que escolher o que lhes pesa mais: apropriar-se do direito a casa própria, com todas as implicações e impactos que essa lhe impõe ou voltar para o espaço urbanizado, onde se sente parte e do qual não está preparado para desfiliar-se. A questão da liberdade do ônus excessivo com alugueis também se mostra recorrente nas menções das vantagens.

As entrevistadas atribuem a uma grande vantagem o fato de o acesso à casa própria ter possibilitado a economizade parte de seus salários, que antes era comprometido com altos valores de alugueis. Algumas das moradoras entrevistadas alegam que, o valor economizado pode ser utilizado para acessarem outros bens, já outros afirmam que, o valor economizado não representa muita coisa, considerando o que gastam, diariamente, com transporte. Quando se faz os cálculos do que lhes foi negado, o aluguel economizado, não parece fazer grandes diferenças no bem estar dessas famílias.

Em relação à distancia, todas as entrevistadas alegam terem sido relegadas a um lugar muito distante do centro da cidade, e que queriam muito que o Conjunto Sousa I estivesse pelo menos mais próximo da malha urbana. Alegam que os serviços públicos não fazem parte de sua dinâmica. Muitos até alegam que o conjunto não está nos limítrofes da cidade de Sousa.

O direito a moradia é o núcleo central do direito a cidades sustentáveis em razão dos direitos a serem respeitados disporem dos mesmos elementos: como o acesso à terra urbana, moradia adequada, saneamento ambiental, infra-estrutura urbana, transporte e serviços públicos. O direito à moradia coletivo de comunidades de preservar sua identidade e memória histórica e cultural, de manter seus usos e costumes sobre os modos de viver e de morar, também integra o núcleo formador do direito a cidades sustentáveis. (SAULE JUNIOR, 2005, p.15).

A avaliação com relação ao transporte público é bastante ruim, pois, as moradoras alegam que no Conjunto não existe mais transporte público e que sem nenhuma explicação a empresa de ônibus local retirou o bairro da rota de seus transportes. Tal fato não poderia ocorrer, pois ao aderirem ao financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida, as moradoras afirmam que nas reuniões prévias com a equipe da Caixa Econômica Federal e com a equipe da Prefeitura Municipal de Sousa, havia sempre o pressuposto de que, não obstante o conjunto ter sido construído numa considerável distância da cidade, o ônibus público transitaria na rota do empreendimento.

Ao serem questionadas sobre possíveis mudanças na vida de suas famílias, as entrevistadas divergem de opiniões. Algumas dizem que a qualidade de vida melhorou muito, mas reforçam essa alegação com questões puramente pessoais. Já outras são categóricas em afirmar que a vida tendeu a piorar desde que estão morando no Sousa I e que as dificuldades foram maiores que os benefícios angariados com acesso à casa própria. Outras dizem que não tiveram benefício algum, já que a economia no valor do aluguel foi suprimida pelos custos com transportes.

Não houve melhoras na vida da minha família. Todo dia é uma luta nova. Eu adoeci muito depois que viemos morar aqui, por motivos que não entendo. Tudo na minha vida se complicou muito. Pago mais com remédios do que pagava com aluguel. Acho que o agravamento em problemas da coluna foram devido as dificuldades com a água. A gente passou o ano 2015 e 2016 carregando água nas costas e aquilo era um pesadelo. O poço era muito distante. Meus filhos e meu esposo me ajudavam, mas eles saíam pra trabalhar na cidade muito cedo e só ficava eu e meu filho mais velho, que tem problemas mentais. Aí eu perdia a metade do dia indo buscar água. Nesse período muita gente saiu daqui porque não aguentou o sufoco (ENTREVISTADA 03).

A grande melhora foia diminuição do custo do aluguel. Esse dinheiro sobra, porque o que a gente paga aqui é um valor muito pequeno, só R\$ 20,00. Eu pagava R\$300,00. Então eu faço outras coisas com o dinheiro que sobra. A gente já tinha carro aí não estranhamos tanto a distância. Também esse povo quer tudo! Reclama de tudo! Se não tem casa, reclama e se tem vem com nhem, nhe, nhem! Por isso que eu não me misturo com essa gente daqui. Aqui teve melhoras sim na nossa qualidade de vida! (ENTREVISATADA 04).

Por uma parte, minha vida melhorou. Hoje eu tenho um patrimônio. Mas por outra, piorou bastante, porque meu comercio caiu muito! Vendo lanche na porta e perdi os clientes que tinha antes de vir morar aqui. Lá onde eu morava, vendia muito sanduiche, salgados e outros lanches que eu mesma faço. Mas agora, as vendas estão escassas. Parece que quem vem do trabalho no Centro já lancha por lá. Aqui é assim: o povo mora, mas num mora. Tem a casa, guarda os moveis, mas só vem pra cá dormir. Durante o dia ficam na cidade (ENTREVISTADA 05).

A partir dos depoimentos das moradoras percebemos que, não há um consenso acerca da noção de melhora, algumas alegam que houve grandes mudanças em suas vidas. No entanto, mencionam questões individuais, que não alcançam o coletivo. As melhorias foram mais significativas para quem já tinha uma renda familiar estável. O acesso à moradia no

conjunto habitacional, só lhes trouxe benefícios, já que o valor que dantes era comprometido com o aluguel, pode ser utilizado para o acesso a outros bens de consumo.

Entretanto, as mesmas reconhecem o fato de que as dificuldades só aumentaram àquelas que são pobres e, portanto, não tem condições de se locomover até o Centro da cidade. O acesso a bens e serviços, para esta população só tende a ser suprimido e ou negado.

Para Saulee Junior (2005)

Ao tratar da relação do direito à moradia adequada como o direito à vida, devem ser considerados indicadores o respeito ao direito à saúde, que implica, por sua vez, a sua relação com o direito à alimentação, ao saneamento básico e a um meio ambiente saudável. Neste caso, como indicador, podemos considerar a existência, ou não, do fornecimento de água potável, do serviço de coleta e do tratamento do esgoto como, por exemplo, a canalização de córregos nas favelas (p.14).

Percebemos que a questão do acesso à água tratada no conjunto constitui-se um desafio diário para toda população da localidade. Muitos adquiriram problemas de saúde tendo que carregar água nas costas cotidianamente para o consumo habitual de suas casas e até se sentiram desestimuladas de continuarem morando na localidade. O lugar do direito torna-se o lugar do não direito, onde o privilégio de morar constitui-se um desafio diário que suprime outros direitos básicos, como transporte, água, saúde e educação. É a partir dessa visão que se promove, em lugares como o Conjunto Habitacional Sousa I, um nível de cidadania precarizada.

A segregação socioespacial dos segmentos populacionais de menor poder político e econômico, em áreas específicas do território intrametropolitano – onde o acesso à moradia, à infra-estrutura urbana e aos serviços básicos é restrito, muitas vezes implicando grandes deslocamentos diários para o atendimento das demandas por trabalho, educação, saúde etc. – constitui a principal faceta espacial da exclusão social a que estão submetidos estes segmentos populacionais (CAIADO; PIRES, 2006, p. 276).

O acesso ao trabalho é outro desafio diário para a população que reside em áreas distantes das áreas comerciais, pois esse acesso fica, na maioria das vezes restrito

Aqui não dificultou o trabalho do meu esposo, por que ele tem carro. Mas o meu trabalho, praticamente deixou de existir. Eu faço bolos por encomenda, mas as minha clientes morrem de medo de vir buscar aqui. E pra eu ir deixar o custo fica muito alto. Quase dobra o valor do bolo! Ai não tem condições(ENTREVISTADA 04).

Tive muita dificuldade com o trabalho porque meus filhos estudam pela manha, e eu trabalho o dia todo. Aí eu tenho que ir buscar na escola e levar pra ficar comigo no trabalho. É difícil achar serviço que deixe você levar criança. Antes eu deixava em casa, porque era pertinho(ENTREVISTADA 08).

É bem verdade que, para esta parcela da população, embora a solução habitacional pudesse significar reais melhorias em suas condições de vida – por exemplo, a casa própria significaria não mais ter que pagar aluguel, ter mais segurança com relação ao futuro etc, isso

não quer dizer necessariamente que, no caso brasileiro, estas pessoas teriam melhores condições de moradia. Para a população pobre, a obtenção da casa própria implica, via de regra, a necessidade de se afastar das áreas mais bem providas de infraestrutura e acessibilidade, além de ter que se sujeitar a piores condições de habitabilidade, tendo em vista o baixo padrão construtivo de suas residências, que são minúsculas.

Consideramos importante analisar o desempenho no mercado de trabalho também a partir dessa perspectiva, visto que a possibilidade de se mover dentro da região metropolitana pode interferir não apenas na forma, mas também na estabilidade de inserção no mercado de trabalho.

Quanto aos serviços básicos de saúde, os moradores precisam dividir o atendimento com os moradores do Jardim Sorrilândia III, bairro mais próximo. Quando questionados acerca da assistência básica à saúde e o acesso a escola, as entrevistadas mostram toda sua indignação com o descaso do poder público para com o bairro.

Vixe, nem fale em saúde!! Aqui não tem nada. Eu queria saber o que passava na cabeça desses governantes quando construíram um conjunto pra mais de mil pessoas tão longe e tão abandonado (ENTREVISTADA10).

A saúde aqui não existe. Eu num tô lhe dizendo que aqui a gente foi abandonado! Não tem postinho, não tem agente de saúde. É difícil! Dizem que é pra gente ir pro "Postinho dos Ciganos", mas lá eles não atendem gente de bom grado (ENTREVISTADA01).

Aqui não tem escola. As mães até tiram os filhos da escola, porque não tem quem aguarde! Ou a mãe manda os filhos sozinhos todos os dias ou vai deixar e vai buscarna escola. Não é todo mundo que aguenta essa rotina. Tem gente que mora aqui mas só volta pra casa pra dormir. Passa o dia em Sousa. Eu nem acho que aqui seja parte da cidade (ENTREVISTADA 07).

As escolas são muito distantes. Temos a escola Celso Mariz, a mais próxima, é onde meus filhos estudam. Todo dia eles vão e voltam de bicicleta, nessa distância. E o que é pior vão por essa estrada deserta de não sei quantos quilômetros. Meu coração só descansa quando ver eles chegando (ENTREVISTADA 03).

Conforme dados elencados por Mascarenhas (et al, 2005) a taxa de alfabetizados em Sousa chega a marca de 39 mil, o que correspondia, na época, a quase 80% do total da população, em idade escolar. Tem uma média 83 unidades educacionais de ensino fundamental e 8 de ensino médio, distribuídos em zona urbana e rural.

As entrevistadas acima alegam que a distância das unidades escolares atua como fator preponderante nas taxas de evasão escolar, sendo, também, uma das causas responsáveis pela situação de distorção de idade-série (ocorre quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais).

Em 2015, 19,4% dos/astudentes em início do nível fundamental estão com idade superior a recomendada e 34,1% acima, nos anos finais. Um dos grandes desafios

relacionados a educação, em Sousa, estão relacionados à evasão nos níveis de conclusão. Até o ano 2010, apenas 49,8% dos jovens entre 15 a 17 anos concluíam o fundamental. Ao passo que no ensino médio, os números caem significativamente, apenas 40,1% dos jovens entre 18 e 24 anos concluem. Quanto ao percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos, em 2010 era de 95,4% (ODM, 2015).

Para chegar à escola, as crianças residentes no Sousa I enfrentam, todos os dias, desafios como a falta de transporte público, a distância, que muitas delas percorrem a pé, a falta d'água, pois, mesmo todas as residências tendo água encanada, até o momento desta entrevista, o bairro só era abastecido aos sábados. Para que as crianças, jovens e adolescentes sintam-se estimuladas a continuar na escola, faz-se necessário garantir melhor acesso à educação. Para Caiado e Pires (2006), a restrição de serviços básicos como saúde, educação e transporte locais que exigem da população o enfrentamento de grandes distâncias para acessá-los constituem uma das multifacetadas da segregação sócio-espacial.

A ausência de políticas públicas em bairros periféricos da cidade é patente, quando nos deparamos com a realidade concreta que permeia o cotidiano das famílias residentes no Sousa I. A vivência nesse bairro exige de seus moradores/as estratégias que lhes permitam superar a distância de outros bairros, o afastamento de seus laços afetivos, as dificuldades do atendimento diário das demandas de trabalho, a ausência de transportes públicos, a falta de escolas próximas, a falta de postos de saúde, a inexistência de perspectivas de melhorias e avanços na estrutura da comunidade.

Um outro ponto inquietante em relação a essa comunidade é o fato de que a mesma não apresenta nenhum nível de organização política entre os/as moradores/as. Daí percebemos a necessidade de organizações formadas na base do próprio bairro, desde o momento de sua projeção, enraizadas no cotidiano de suas atividades, politizando-as e encorajando-as a se organizarem politicamente como forma de trazer às comunidades um debate crítico e emancipatório (ABREU, 2002 *Apud* DORIGUETO, BALDI, 2012).

A organização política torna-se imprescindível em conjuntos habitacionais construídos com recursos provenientes do Programa Minha Casa Minha Vida. Por serem construídos em meio às contradições de classes com interesses colidentes, de um lado a classe subalterna exigindo seus direitos socialmente construídos. Nesse sentido, uma moradia e espaço adequados, do outro, a classe dominante buscando atender os interesses do capital, que busca menores custos, maiores lucros e a desresponsabilização do Estado, no que tange a proteção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal questão que permeou toda a construção da pesquisa: quais são os impactos vivenciados pelas famílias dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, foi a contento, respondida a partir da compreensão vivenciada e particularizada na realidade empírica dos/das moradores(as) do Conjunto Habitacional Sousa I. O objeto de estudo foi percebido e analisado aqui através de suas múltiplas determinações, dentro de uma sociedade eminentemente capitalista. Buscamos destacar as determinações históricas que envolvem a formação das cidades e o papel dos territórios construídos e apropriados de forma mercantilizada na construção das desigualdades sociohistóricas.

A pesquisa explicitou os parâmetros, nos quais estão firmados os programas habitacionais contemporâneos brasileiros e aponta para a falta de articulação com os anseios e necessidades da população de baixa renda. Verificamos, portanto que, o Programa Minha Casa Minha Vida foi desenvolvido e inaugurado para o enfrentamento dos desafios do déficit habitacional, no Brasil, buscando inserir a população de baixa renda, ou seja, aqueles cujo salário chegava até 3,5 salários mínimos como renda mensal. Os termos do projeto estavam firmados e aliados ao sistema de cidades com o apoio do Plano de Aceleração do Crescimento-PAC.

O Conjunto Sousa I, apresenta uma estruturatipológica arquitetada a partir de uma construção padronizada e homogeneizadora, que não leva em consideração as diferenças encontradas na estrutura familiar brasileira. As comunidades também apresentam um nível de insustentabilidade no que se refere à mobilidade familiar. Esse tema é recorrente nas falas das entrevistadas.

Reafirmamos que, as famílias são submetidas a maiores níveis de desigualdades sócio-espaciais e são relegadas a espaços afastados da malha urbana, ao acessarem o direito à casa própria.

Analisamos e os desafios enfrentados pelas moradoras do Sousa I, que se apresenta como um arranjo setorizado construído distante da malha urbana, a partir do Minha Casa Minha Vida. O espaço se apresenta como um lugar marcado pela falta de políticas sociais necessárias à existência humana, trazendo consigo a agudização das expressões da “questão social”. A distância da parte central da cidade gera, na comunidade uma situação de deseconomia no lugar, desembocando numa deserção prematura das unidades habitacionais.

Os (as) moradores (as) são submetidos(as) à falta de acesso aos direitos mais básicos da sua vida, tais como: ade escolas públicas; ade postinho de saúde, na comunidade; Ausência de mobilidade condicionada pela distancia e pela faltade transporte público. Para Maricato (2009) os conjuntos devem ser construídos e alcançados com a estrutura urbana da cidade.

Procuramos ao longo de toda pesquisa compreender e analisar as estratégias desenvolvidas pelas famílias beneficiaria do Programa Minha Casa Minha Vida e vimos que as políticas habitacionais são relegadas a uma lógica segregadora e excludente. Portanto, mesmo com o grande número de conjuntos habitacionais sendo construídos pelo programa, o déficit habitacional não está nem perto de ter seus impactos minimizados no Brasil.

Apesar de o Estado ter desenvolvido um programa para atuar na vida das famílias de baixa renda, vimos que algumas ações que permeiam esses programas precisam ser revistas e efetivadas. O Programa Minha Casa Minha Vida tem seu provimento de habitações construídas em terrenos distantes da malha urbana, que vai além das periferias, em declives dissociados da dinâmica da cidade. O Estado brasileiro assume o problema da habitação, entretanto adota iniciativas desarticuladas entre diferentes órgãos de interesse publico (BONDUKI, 2004).

Destacamos a importância dos significados atribuídos aos territórios, pois para Santos (2006) esse, só se torna um conceito, passível de uma análise a partir da atuação dos(as)sujeitos(as) que dele se utilizam. Daí a importância de se abordar a atuação do poder público nesses espaços. Tais ações, para a população, representam a efetivação da cidadania, porém sua ausência é verificada através de serviços diferenciados, o acesso a bens e direitos são escassos. Segundo afirmam, Couto, Yazbek e Raichelis (2010, p. 53), “A territorialização é um elemento-chave para que os serviços sejam ofertados próximos à população, para que o território seja provido de recursos que melhorem as condições de vida da população”.

Só a partir do desenvolvimento dos territórios, onde ocorrem as necessidades concretas, torna-se possível a mensuração dos fenômenos ali empreendidos, demandase potencialidades. Não se trata de uma questão de ações genéricas, mas de ações que se aproximem ao máximo do público-alvo. Os mecanismos de enfrentamento precisam ser pensados e estruturados de forma articulada com diversos seguimentos da sociedade, principalmente com os (as) sujeitos (as) envolvidos.

O chão e suas circunstâncias deixam de ser um dado natural e tornam-se uma construção humana. Neste sentido afirmo que, sobre a topografia da natureza ergue-se uma topografia social, ela incorpora a concretude de condições e acessos como dois elementos imbrincados mutuamente e dependentes. Já não se está simplesmente

falando de um lugar como vazio, mas do resultado da ocupação e da ação dos sujeitos cidadãos, ou quase cidadãos (KOGA, 2011, p. 16).

Reafirmamos que, as particularidades que são aqui evidenciadas, não trazem a crença de que o enfrentamento dos principais impactos sentidos pela população segregada seria potencialmente superados somente através de ações voluntaristas por parte da comunidade e/ou dos profissionais do Serviço Social. As peculiaridades dos lugares e do povo brasileiro é algo concreto que não deve ser desconsiderado no desenvolvimento e implementação de ações públicas. Para Koga (2003), a territorialidade só se efetiva, quando relacionada aos sujeitos reais.

A pesquisa destaca que, há nos beneficiários dos programas habitacionais uma grande importância no alcance do sonho da casa própria. As entrevistadas colocam o acesso de uma unidade habitacional como sendo a principal vantagem de acessar o Programa Minha Casa Minha Vida. Em contrapartida vemos que as campanhas midiáticas são exacerbadas no sentido de encantar a população com o alcance do seu “próprio chão”. Atrelado ao escopo das vantagens, as entrevistadas elencam uma série de desvantagens, que parecem não ter fim. A distância é elencada como a principal das dificuldades encontradas, entretanto, esse não seria um ponto periclitante se a cidade e suas ações acompanhassem o crescimento dos seus limites (MARICATO, 2009).

A partir da pesquisa de campo, claramente percebemos nas falas das moradoras entrevistadas, que elas não se sentem parte da dinâmica da cidade, muitas delas, visualizam a falta de atuação do poder público no local, como sendo uma discriminação socioterritorial. O acesso a bens e serviços passa a serem comprometidos, quando as ações do poder público dos Municípios, não estão estruturadas para gerenciar as mudanças e o crescimento dos marcos territorial.

Os grandes conjuntos tendem a sofrer deserção e a região central das cidades, a ficarem inchadas, com o fluxo de pessoas que voltam para antigos alojamentos e moradias rústicas para se aproximarem dos trabalhos, das escolas ou meramente dos espaços que davam significados a seu cotidiano.

Por toda pesquisa, buscamos compreender e analisar as estratégias empreendidas pelas famílias do Conjunto Habitacional Sousa I, para sua organização socioespacial na perspectiva de se adaptar às novas condições de vida e de moradia. A falta de acesso e mobilidade ao local, construído a três km² do bairro mais próximo, surge como uma reivindicação recorrente dos moradores (as) e estes entendem que os gastos com transportes alternativos chega a superar o ônus excessivo dos alugueis de casas, que anteriormente

pagavam. Na lógica mercadológica, a população pobre deve contentar-se em servir aos propósitos do grande capital, o direito a moradia trocado pela supressão do direito a transporte público, escolas, postos de saúde e, sobretudo a dinâmica da cidade.

A falta de abastecimento regular, no bairro é uma das questões discutidas aqui na pesquisa. As moradoras entrevistadas elencam essa problemática como corriqueira, e esboçam o desespero enfrentado por elas para se adaptarem ao desafio de, cotidianamente, enfrentarem grandes filas para buscarem água, em poços artesianos, para o abastecimento regular de suas residências. Problematizamos o fato, como um dos responsáveis pelo adoecimento de muitos dentro da comunidade e pela falta de higiene em muitas residências.

Os programas habitacionais devem ser pensados a partir de uma estrutura urbanizada para implantação de novas comunidades, do contrário será mais um exemplo de deseconomia e insustentabilidade. Os mesmos poderão ser inviabilizados se não forem implementados de forma articulada com outras políticas. A questão da moradia depende de outras esferas, transporte, saúde, educação, saneamento básico, abastecimento de água etc.

Ao longo do estudo compreendemos que, a mensuração da qualidade de vida, dos (as) beneficiários (as) dos programas habitacionais não devem ser medidos apenas através de dados quantitativos, embora ensejamos esses indicadores como sendo fundamentais no processo de qualificação da pesquisa e basilares para a compreensão.

Destacamos que, o percurso da análise não é traçado a partir de questões restritas ou particularistas, mas de ações abrangentes que envolvam a realidade concreta na qual os (as) moradores (as) são submetidos (as) cotidianamente. Nesse ponto reafirmamos a hipótese de que, um direito (a moradia) é ofertado a partir de programas eivados de contradições, enquanto que a lógica mercadológica das grandes construtoras suprime outros direitos, como o do acesso a cidade urbanizada.

O desafio está posto!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES; Pedro Henrique de Almeida. **A sociabilidade da propriedade privada no Brasil.** (2016) Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7398/A-sociabilidade-da-propriedade-privada-no-Brasil>Acesso em 01/10/2016.

ALVES, J. J. A. 2008. **Bio_Geografia**. João Pessoa: Ed. Fotograf, ISBN: 978-85-904116-6-6. 108 p.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. acesso em 22/04/2017.

_____. **Política nacional de assistência social PNAS/2004**: norma operacional básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2005.

_____, **Lei no 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: . Acesso em: 09 jun. 2016.

_____. **Ministério das cidades** 2010. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br> acesso em 12/10/2016 as 22:00.

BARBOSA, Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (*Brazilian Journal of Urban Management*), 2016 jan./abr., 8(1), 142-154.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A Investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa [Portugal]: CPIHTS, 2006.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. In: **Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4ª ed. São Paulo. 2004.

CAIADO, Maria Célia Silva; PIRES, Maria Conceição Silvério. **Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros**. Disponível em:

http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnera_b_cap_10_pgs_275_304.pdf Acesso em 12/05/2017.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL; BRASIL. **Minha Casa Minha Vida**. 2009. [Cartilha] . Disponível em:

http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF.

Acesso em: 16/09/2016.

_____, Programas Habitacionais/ Minha Casa Minha Vida- 2013 Disponível em:

<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/>

acesso em 22/09/2016.

CARVALHO, Leandro. "**Surgimento da burguesia**"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/surgimento-burguesia.htm>>. Acesso em 16 de outubro de 2016.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CORRÊA, Roberto L. **A periferia urbana**. Geosul, Florianópolis, n. 2, v. 2, p. 70-78, 1986.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. *In*: ABRAMIDES; DURIGUETTO (Orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social** - uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

DUTRA, Luiz Gabriel Bettiol; **A atuação do governo Lula no combate ao déficit habitacional brasileiro** [Monografia]; – Florianópolis, 2010. 111f. Monografia – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Curso de Graduação em Ciências Econômicas, 2010. Disponível em <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292802> Acesso em 06/12/2016.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fioro. **Minha Casa, Minha Vida: uma análise muito interessante**. 2009. Disponível em: <http://turcoluis.blogspot.com/2009/08/minha-casa-minhavidaaanalise-muito.html> . Acesso em 15/09/2016.

Fundação João Pinheiro,FJP;**Centro de Estatística e Informações**. Belo Horizonte, 2006. 120p.

_____; Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informação (CEI) Dados atualizados conforme a tabela 4.5, 2014 (Déficit Habitacional Total, relativo por componentes), pág. 50.Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/déficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>. Acesso em 12/11/2016.

_____; Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informação. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012 resultados preliminares**. Belo Horizonte,2014. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/déficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>. Acesso em 12/10/2016

_____; Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil, municípios selecionados e microrregiões geográficas**. Convênio PNUD/Ministério das Cidades, Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2005.

FURTADO, C. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1989.

FUNES, Silvia. **Regularização Fundiária na Cidade de Piracicaba – SP: Ações e Conflitos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

GUERRA, Yolanda. LEITE, Janete Luzia. ORTIZ, Fátima Grave. **Temas Contemporâneos: o serviço social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2009, págs. 167-194.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. – 6. ed. – 2ª reimp. – São Paulo: Atlas 2009.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates, ano XVI, n. 39, 1996, p. 48-64.

_____, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. In: **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** – v.2, n. 4, Tradução, ago. 2007.

_____ David (2012a). Paris, Capital of Modernity. New York. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/23819489/o-direito-a-cidade---david-harvey> Acesso em: 27/11/2016

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. **Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil**. 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/158.htm> acesso em 03/10/2016.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____ **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico, 13ª ed. São Paulo, Cortez; (Lima, Peru): CELATS, 2000.

IBGE, Censo Demográfico. **Questionário Censo 2010**. Disponível em:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/questionarios.php> Público Acesso em: 01 de maio de 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Retrato das desigualdades de gênero e raça /... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. mulheres no acesso a moradia. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> Acesso em: 22/04/2017

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1428/1124>. Acesso em: 24/11/2016

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. s/ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ENGELS, Friedrich (1935). **The Housing Question**. New York. Disponível em: https://www.marxists.org/.../Marx_The_Housing_Question.pdf Acesso em: 22/06/2017.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

MARICATO, Ermínia. Contradições e avanços da Habitat In **Habitar Contemporâneo-novas questões no Brasil dos anos 90**, SOUZA GODILHO Angela (org), Salvador : UFBA: Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, CADCT, LAB-HAB, 1997,p. 21-37.

_____, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura do possível. In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, p.71- 93, 1982.

_____, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____, Ermínia. Brasil: **qual planejamento urbano?** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, 2000 p. 113-130.

_____, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In Castriota, LB (org) **Urbanização brasileira/redescobertas**. Belo Horizonte, C/Arte, p. 78-96. 2003.

_____, Ermínia. **É preciso repensar o modelo**. São Paulo: Arquitetura e Urbanismo, Setembro/2009, Editora Pini, 2009. p. 63.

MARTINE, G; McGRANAHAN, G. (2010). **A transição urbana brasileira: trajetórias, dificuldades e lições aprendidas**. Em Baeninger, R. (Org.), População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais, Brasília: UNFPA.

MARX, Karl; **A Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria de Proudhon, Editora Escala, São Paulo, SP: 2007.p.116.

MASCARENHAS, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 10 p. + anexos “**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado da Paraíba**”Disponível em:

<http://www.cprm.gov.br/publique/Hidrologia/Mapas-e-Publicação> data do acesso 17/03/2017

MATOS, Ralfo. Desigualdades socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro. In: _____; SOARES, Weber (Orgs.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-57.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____, Maria Cecília de Souza (org.). DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 31ª ed., 2012.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil**: Políticas públicas direitos urbanos e direito a Cidade. s/ed. Minas Gerais, 2010.

NASCIMENTO, Ederson; **As desigualdades sócio-espaciais urbanas numa Metrópole interiorana**: Uma análise da Região Metropolitana de Campinas SP, a partir de indicadores de exclusão/inclusão social. Campinas, SP; (s.n.) 2013

NETTO, José Paulo.**Introdução ao Estudo do Método de Marx**.São Paulo:Expressão Popular, 2011.

_____, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____, Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. Num. 50. Abr. 1996. São Paulo. Cortez, 1996. P. 87, 132.

ONU HABITAT. Annual report 2010. Nairobi, 2011. Disponível em: <
<http://unhabitat.org/unhabitat-annual-report-2010/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras**: transformações e tendências. 2008. Disponível em:
<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/275.htm>> Acesso em: 22/02/2017.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A utilidade da Pesquisa para o Serviço Social**. Serviço Social & Saúde Campinas v. 4 n. 4 p. 1– 156, maio, 2005.

PEREIRA, Matias José. **Manual da Metodologia de Pesquisa Científica**; 2 ed. São Paulo: Atlas 2010.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS-PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, 2012. Disponível em:
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../pnad2012/default_sintese acesso em: 20/03/2017.

PORTAL ODM; Relatórios Dinâmicos de indicadores Municipais. **Habitação em Sousa 2015** Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalomdm/2-educacao-basica-> acesso em: 28/07/2017.

PORTAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA; 2016; **História da cidade de Sousa PB**. 2017. Disponível em: <http://www.sousa.pb.gov.br/acesso> em 29/04/2017.

ROLNIK, Raquel e NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional**. Disponível em <http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

ROLNIK, Raquel; Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo. Dez. 2015.

_____, **Remoções forçadas em tempos de novo ciclo econômico** 2012.

_____, Brasil e o Habitat In: **Habitar Contemporâneo** – novas questões no Brasil dos anos 90, SOUZA GODILHO, Angela (org.), Salvador : UFBA (Universit F d rale de Bahia) : Faculté d'Architecture, Mestrado en Architecture et Urbanisme, CADCT, LAB-HAB, 1997, p. 51-58.

_____, **O Que   Cidade**. 26 ed. São Paulo 1992, p.9-53.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 7^a ed. São Paulo: edusp, 2007. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton (et al.). **Território, Territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4^o ed. São Paulo: EDUSP, 1996/2009.

SAULE JUNIOR, Nelson. A prote o jurídica da moradia nos assentamentos irregulares. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004. Disponível em: <http://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/modernizacao-expulsao>. Acesso em: 02/10/2016.

SILVA, T. G. M. **A vigilância social na política de assistência social**: análise dos aspectos conceituais e operacionais no âmbito municipal. 2012. Disserta o (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SPOSATI, Alda za. et al. A pesquisa sobre segrega o: conceitos, métodos e medi es. In: **Espaço e debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 89-109, jan./jul. 2004 (debate transcrito por Sarah Feldman e Renato Cymbalista).

WALLERSTEIN, I. The Modern World-System. New York: Academic Press, 1974-1989. In: **Capitalismo histórico e Civiliza o capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Artigo recebido em 10/05/2011 e aprovado em 22/06/2011

YASBEK, M. C . Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade. **In: Capacitação em Serviço Social e Política Social**. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 4, p.19-34, 2000b.

APÊNDICES

01 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

PERGUNTAS OBJETIVAS

Este formulário é parte integrante da pesquisa intitulada: **“POLITICA HABITACIONAL E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS**: um estudo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, no Conjunto Habitacional Sousa I em Sousa PB”.

1. Nome do entrevistado(a): _____
2. Titular da casa da casa: Sim () Não () Quem é? _____
3. Quantidade de membros da casa: ()
4. Data de nascimento __/__/____ Idade: ()
5. Sexo:
() Masculino
() Feminino
6. Estado Civil:
() Casado (a)
() Solteiro (a)
() Viúvo (a)
() Outros
7. Escolaridade:
() Ensino Fundamental
() Ensino Médio
() Ensino Superior
() Pós-Graduação
8. Renda
() Individual R\$ _____
() Familiar R\$ _____
9. É beneficiário(a) de algum programa social?
() Sim Qual? _____
() Não

10 Inscrito no CADUNICO?

() Sim. Desde quando?

() Não

11 Como adquiriu a casa? _____

2 - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

PERGUNTAS QUALITATIVAS

1. VOCÊ CONHECE O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA? QUAL SUA OPINIÃO SOBRE ELE?

2. O QUE SIGNIFICOU PRA VOCÊ ACESSAR O DIREITO À CASA PRÓPRIA? O QUE MUDOU EM SUA VIDA, DE FORMA POSITIVA OU NEGATIVA?

3. QUAIS AS PRINCIPAIS VANTAGENS E/OU DESVANTAGENS DE MORAR NO CHSI?

4. SE TIVESSE OPORTUNIDADE DE ESCOLHA, PERMANECERIA OU MUDARIA DO CHSI?

5. VOCÊ JÁ SE SENTIU DISCRIMINADO(A) POR MORAR NO CONJUNTO HABITACIONAL SOUSA I? COMO ISSO OCORREU?

6. QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR VOCÊ E SUA FAMÍLIA AO CHEGAR NO CONJUNTO HABITACIONAL SOUSA I?

7. EM SUA OPINIÃO, POR QUE MUITAS PESSOAS VENDEM SUAS CASAS?

8. NO SEU ENTENDER, HOUVE MELHORAS NA QUALIDADE DE VIDA DE SUA FAMÍLIA? POR QUÊ?

9. COMO É O ACESSO A EDUCAÇÃO AQUI NO CHSI?

10. E PARA ACESSAR A SAÚDE COMO AS FAMÍLIAS FAZEM?

11. VIR MORAR NO CHSI DIFICULTOU O ACESSO AO TRABALHO? COMO VC FAZ PARA SE DESLOCAR ATÉ SEU TRABALHO?

OBSERVAÇÕES DA PESQUISADORA:

02 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “Política Habitacional e desigualdades socioespaciais: um estudo sobre o programa Minha Casa Minha Vida no Conjunto Habitacional Sousa I em Sousa PB”. A pesquisa tem como objetivo geral Compreender as mudanças socioespaciais ocorridas na vida das famílias contempladas com uma unidade habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida a partir da realidade do Conjunto Habitacional Sousa I, em Sousa-PB. O estudo está sendo desenvolvido pela estudante Maria Romilda Coelho Fernandes, do Curso de Serviço Social do CCJS, sob a orientação do prof.Ms. André de Menezes Gonçalves, caracterizando-se como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

O pesquisador se compromete, tratar com o devido respeito, procurando minimizar qualquer risco que possa ocorrer durante a pesquisa. Dessa forma, pedimos a sua colaboração, respondendo a uma entrevista sobre o tema acima proposto que deverá ser gravada se o (a) Sr. (a) concordar participar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar, que sua participação é voluntária e o (a) Sr.(a) poderá a qualquer momento deixar de participar deste, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para análise do estudo e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e/ou revistas especializadas e ou encontros científicos, congressos e outros, sempre resguardando sua identificação.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos e esclarecimentos da pesquisa com o Prof. Orientador André de Menezes Gonçalves: (85) 9929-9075 andre-mg@uol.com.br e com o(a) pesquisador(a): (83)

9191-3635 mariaromilda_coelho@outlook.com. Este termo está elaborado em duas vias sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, _____ tendo sido esclarecido(a) a respeito da pesquisa, aceito participar da mesma.

Sousa, PB, _____, de _____ 2017

Assinatura do(a) Participante

Assinatura do Pesquisador